



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 116

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PPS .....	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR .....	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB .....	Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

## DIÁRIO Nº 116

### SUMÁRIO

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Ofícios.....	03
Indicações .....	03
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	09
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Elio Rusch .....	10
Dep. Luciana Rafagnin .....	11
Dep. Delegado Bradock .....	11
Dep. José Domingos Scarpellini .....	12
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	14
Dep. Barbosa Neto .....	14
<b>Grande Expediente:</b>	
Sr. Orlando Pessuti - Vice-Govern. e Secr. de Est. da Agricultura' .....	15
Interpeladores:	
Dep. André Vargas .....	22
Dep. Valdir Rossoni .....	24
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	26
Dep. Elza Correia (PMDB) .....	28
Dep. Elton Carlos Welter .....	30
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do Bloco PP/PSB:	
Dep. José Domingos Scarpellini .....	12
Liderança do PPS:	
Dep. Ratinho Júnior .....	31
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto .....	33
Liderança do PT:	
Dep. André Vargas .....	35
Liderança do Governo:	
Dep. Elza Correia .....	36
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	38
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	38
3ª Discussão .....	42

2ª Discussão .....	42
Discussão Única (Proposições) .....	43
Requerimentos .....	45

#### Explicações Pessoais:

Dep. André Vargas .....	46
-------------------------	----

#### Encerramento da Sessão Ordinária .....

#### Transcrições .....

#### Publicações:

Diretoria Geral	
Portaria DAT .....	48

## 110ª SESSÃO ORDINÁRIA

### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2005

(segunda-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

#### Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duflío Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (47). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Durval Amaral, Luiz Carlos Martins,

Mauro Moraes Rafael Greca e Waldir Leite (05).  
Achando-se em viagem representativa os Srs. Deputados:  
Ademir Bier e Marcos Isfer (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

##### OFÍCIO

Sob o nº 737/2005-GP, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa - Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, encaminhando para apreciação desta Casa, anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste da tabela de nível de vencimento básico aplicável aos servidores do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, de conformidade com a tabela constante do Anexo I desse anteprojeto de lei. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 738/2005-GP, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa - Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, encaminhando para apreciação desta Casa, anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste dos proventos de aposentadoria dos serventuários do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná, na forma da tabela constante do Anexo I, acompanhado da respectiva justificativa, do relatório de gestão fiscal do exercício corrente desse Tribunal e da declaração de regularidade da despesa, de conformidade com o disposto no artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

##### OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 24 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que o Deputado Luiz Fernandes Litro irá compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá analisar a Proposição nº 040/2005, nepotismo.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

(a) ADEMAR TRAIANO

##### OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 24 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que o Deputado Luiz Nishimori irá representar a Bancada do PSDB na composição do Conselho que instituiu o Prêmio Diploma Mulher - Cidadã Zilda Arns, conforme dispõe a Resolução nº 002/2005.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

(a) ADEMAR TRAIANO

### ***Indicações***

#### INDICAÇÃO Nº 062/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Deputado Padre Paulo Campos dirige-se a V. Exa. para sugerir e expor o que se segue:

I - sugere-se que seja criado o Programa Jornal escola, Exercício da Cidadania, para leitura de jornais e revistas em sala de aula, sob coordenação e orientação da Secretaria da Educação do Estado do Paraná;

II - que o programa tenha como objetivo:

a) a formação do hábito de leitura;

b) a convivência com o pluralismo de idéias;

c) o estímulo do senso crítico;

d) o conhecimento de assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento da sociedade e o bem-estar coletivo do indivíduo, suas histórias e tradições, direitos e deveres, necessidades e aspirações, que resultam no estímulo e preparo para a participação coletiva;

e) a vivência cultural e dos processos científicos e tecnológicos;

III - que as empresas privadas que desejarem participar do programa devem fazer gratuita e voluntariamente, arcando com o deslocamento de seus funcionários para proferir palestras e debates, bem como com o material de apoio a ser distribuído aos Educandos;

IV - sugere-se por fim, que as despesas provenientes da aplicação do programa corram por conta da dotação orçamentária da Secretaria da Educação do Estado.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

Os meios de comunicação de massa (jornais, rádios, televisão, internet) têm grande poder de influência sobre crianças, jovens e adultos, conforme vários estudos apontam.

Além disso, a informação passa a ser instrumento fundamental de trabalho e de desenvolvimento da cidadania.

A leitura, segundo estudos, é hábito que pode ser desenvolvido constantemente.

Permitir o acesso de crianças, adolescentes e jovens a jornais, mediante um programa didaticamente estruturado, fará com que se desenvolva esse hábito.

O programa tem por objetivo criar o hábito de leitura, formando assim, cidadãos críticos e comprometidos com a sua comunidade.

A leitura de textos literários tem uma função determinada.

A leitura de jornais é um complemento, a fim de despertar os estudantes para várias realidades que os cercam.

O programa deverá promover também debates críticos sobre o papel da mídia nos dias atuais, sua influência e como olhar criticamente para esses veículos de comunicação de massa cada vez mais presentes.

Essas são as razões fundamentais pela qual se apresenta a presente sugestão.

#### INDICAÇÃO 063/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Estadual Padre Paulo Campos, que esta subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o que se segue:

I - sugere-se a Instituição do Transporte Público Coletivo Integrado entre os municípios de Sarandi e Maringá, ambos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Sarandi ainda se considera cidade dormitório, faz parte da região metropolitana de Maringá e, com a integração do transporte público coletivo, beneficiará milhares de trabalhadores, cidadãos paranaenses.

A economia de recursos com a efetivação de tal sugestão possibilitará que os trabalhadores invistam na educação e saúde pessoal e de suas famílias.

O sistema de transporte público de Maringá, pela estrutura existente, possibilita a sua integração e que por consequência, não favorecerá somente à empresa que opera o serviço, mais sim, toda a população da região metropolitana de Maringá.

#### INDICAÇÃO 064/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Estadual Padre Paulo Campos, que esta subscreve, dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o que se segue:

I - sugere-se que seja incluído na grade de ensino fundamental e médio e, do ensino superior, as matérias de: Meio Ambiente, Teologia e Política, de todas as escolas e faculdades públicas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A inclusão das Matérias tem por objetivo específico, entre outros:

Meio Ambiente - conhecer e reconhecer o meio em que vive e a importância de sua conservação e permanente preservação.

Teologia - conhecer e viver a religião em sentido *lato sensu*, que escolheu, sem direcionamento a uma religião específica. Política - conhecer o sistema político e eleitoral existente no País e compará-los com os dos demais países democráticos, ou não.

Os conteúdos das matérias possuem por objetivo geral, entre outros:

a) a fomentação do hábito de leitura desses temas;

b) a formação de cidadãos críticos e cada vez mais comprometidos com suas comunidades locais;

c) o despertar por esses temas que cercam diariamente os educandos;

d) o desenvolvimento amplo e contínuo do exercício da cidadania;

e) a criação do olhar e do debate crítico das realidades locais: do meio ambiente, da religião e da política.

### Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 3261

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 569/2005, de minha autoria, referente ao Selo de Qualidade Paraná, para certificar produtos exportados pelos portos de Paranaguá e Antonina.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 3269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a votação em bloco dos itens 11, 12 e 13, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 3259

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 158 do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do duto Plenário, a retirada de pauta por cinco Sessões da Discussão Única da Proposição nº 080/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 111/2005, que altera o *caput* do artigo 2º e revoga o parágrafo único do artigo 3º, da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994. Item 11, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 3284

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja retirado de pauta, por cinco Sessões, do Projeto de Lei nº 545/2005, item 06, da pauta da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3283

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 545/2005, de minha autoria, item 06, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 3275

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 564/2005, 577/2005 e 596/2005, que fica fixado o valor da taxa de coleta e tratamento de esgoto, cobrada pela Sanepar em até 50% sobre o montante do valor da fatura de água.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 3288

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembléia Legislativa, nos dias 1º a 11 de novembro de 2005, na 1ª Missão Empresarial de Maringá a Portugal, conforme roteiro anexo.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Leiria promoverá, no período de 1º a 11 de novembro de 2005, uma série de atividades alusivas ao convênio de irmandade com Maringá (cidade co-irmã).

Na comitiva oficial seguirão membros dos poderes Executivo e Legislativo de Maringá, empresários de diversos segmentos da economia local que participarão de solenidades oficiais, com a presença do Embaixador

do Brasil em Portugal, exposição de produtos de Maringá e rodada de negócios.

#### REQUERIMENTO Nº 3289

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 26 de outubro próximo, para ser utilizado pelos nobres pastores Arno Pauls e Pio Carvalho, representantes da Comunhão Cristã Abba.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3263

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Adriano Barbosa da Silva.

Requer também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3266

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Omar Abes Salle.

Requer também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3267

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 76 anos, do Sr. José de Oliveira.

Requer também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3286

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de hoje, do Sr. Joaquim de Almeida Peixoto, fundador da Fundação de Estudos Sociais do Paraná - Fesp, ilustre e querido professor que muito fez pelo progresso do nosso Estado.

O ocorrido deixa consternados seus familiares e inúmeros amigos, que Joaquim de Almeida Peixoto conquistou durante a sua valorosa e produtiva existência.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 3256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Campo do Tenente, pela passagem dos seus 44 anos de emancipação política, no próximo dia 29 de outubro do corrente ano.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Reinaldo Afonso Pereira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Antônio Edson de Souza, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Campo do Tenente.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Saudamos hoje, com muita alegria, o povo de Campo do Tenente, que no próximo dia 29 de outubro comemora mais um aniversário de emancipação política.

Povo trabalhador, lutador, honrado e acima de tudo confiante em Deus; este é o sucesso como podemos observar, dia-a-dia em Campo do Tenente. Em 25 de janeiro de 1961, pela Lei Estadual nº 4.338, foi criado o município de Campo do Tenente, como território desmembrado do município de Rio Negro. A instalação oficial deu-se no dia 29 de outubro de 1961. O primeiro prefeito municipal foi o Sr. Victor Bussmann.

Está de parabéns a população de Campo do Tenente, está de parabéns a administração de todos os tempos que de uma forma ou de outra colaboraram e colaboram para o progresso do Município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao município de Campo do Tenente no transcurso de seus 44 anos, parabenizando todos, na data tão significativa.

#### REQUERIMENTO Nº 3260

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de mensagem de congratulações pelos cinquenta anos do jornal Diário do Noroeste, do município de Paranaíba.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O jornal Diário do Noroeste, segundo os dizeres costumeiros dos colunistas sociais, apaga cinquenta veli-

nhas neste mês de outubro. É um dos jornais mais antigos do interior paranaense. Nasceu numa pequena oficina, como a maioria dos seus irmãos.

Imaginem os primeiros anos do Diário do Noroeste, à época ainda da romântica linotipo - chumbinho por chumbinho, recepção de noticiário via rádio, tocado pela abnegação dos seus primeiros profissionais, movidos pelo espírito visionário do Euclides Bogoni.

E como foi a sobrevivência financeira das primeiras décadas do Diário, numa cidade recém-nascida, o centro de uma região em fase de colonização?

Em toda a região, nem um metro de asfalto e talvez uma meia dúzia de telefones daqueles tocados à manivela. Na redação, as hoje jurássicas Remington ou Olivetti (que enchiam o saco na hora de trocar a fita). Quem sonhava com sistema de impressão em off-set, com os Pentium-4, com os recursos do scanner, do photo-shop, do correio eletrônico? E é nesse estágio de desenvolvimento em que hoje se encontra o nosso Diário do Noroeste. Feito por profissionais abnegados ainda, substituindo os que foram quedando pelo caminho.

No edifício do Diário do Noroeste nº 1.000, da Avenida Paraná, trabalham gentes, desde o boy da entrega ao chefe da redação, todas carinhosamente capitaneadas pela família Bogoni.

Em cada edição do Diário, o registro da saga do nosso Noroestão.

Em cada edição do Diário, o abraçamento de campanhas desenvolvimentistas da nossa região.

E o transbordamento das nossas alegrias e o conforto para as nossas desventuras.

O Poder Legislativo do Paraná cumpre a grata satisfação de brindar o primeiro meio século de vida do Diário, pois outros cinquentenários virão e nossos pósteros serão os seus leitores. Fiéis, como todos nós!

#### REQUERIMENTO Nº 3264

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à Capela do Distrito de Água das Sete Ilhas, pela comemoração de cinquenta anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Vanin de Oliveira e Brasilina Strafit de Oliveira, que completou 55 anos de união conjugal, celebrando bodas de ametista.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro.

O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada.

Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu Infinito Amor, que os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3285

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à Escola de Políticas Públicas e Governo, em razão da comemoração dos dez anos da instituição.

Os votos são extensivos às seguintes autoridades:

Cândido Mendes de Almeida - Reitor da Universidade Castelo Branco; Fabiano Santos - IUPERJ; Luiz Pinguelli Rosa - COPPE - UFPJ; Fernando Peregrino - Chefe de Gabinete da Governadora do RJ; Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; Senador Sérgio Cabral; Senador Saturnino Braga; Deputado Jorge Picciani; Deputado Paulo Ramos e Vereador Sami Jorge.

A Deputada signatária foi aluna dessa instituição, no curso de especialização em políticas públicas.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3265

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antônio Pissinatti.

A referida homenagem, deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3268

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de regozijo à nova Diretoria da Associação Médica do Paraná, para o triênio 2005/2007.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente, Dr. José Fernando Macedo, na Associação Médica do Paraná, à Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 3274

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja manifestado seu total apoio ao Programa Eureka, apresentado pelo professor Marlus Humberto Geronasso.

O Programa vai ao ar pela Paraná Educativa, aos sábados, às 15h00 e reprise aos domingos às 06h30.

É o primeiro programa de televisão totalmente produzido e apresentado por educadores no Paraná.

O Eureka traz informações que vão ao encontro dos interesses da população paranaense no segmento educacional. Dessa forma contribui na democratização do acesso ao ensino superior.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 3271

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção da cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Basílio Pertsew, do município de Ângulo.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A construção de cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Basílio Pertsew, do município de Ângulo, cuja obra é uma antiga reivindicação daquela comunidade escolar e beneficiará sobremaneira aos alunos quando da prática de educação física e no desenvolvimento de atividades esportivas, cujo espaço também poderá ser utilizado para a realização de eventos, protegendo-os, dessa forma, do forte calor que é comum na região, e na ocorrência de chuvas.

#### REQUERIMENTO Nº 3279

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado aos Ministros de Estado

do Planejamento e da Fazenda, Exmos. Srs. Antônio Palocci Filho e Paulo Bernardo da Silva, bem como ao Presidente do Banco Central, Exmo. Sr. Henrique de Campos Meirelles, solicitando dos mesmos providências no sentido de promover o incentivo às cooperativas brasileiras com a redução da carga tributária, a permissão para as cooperativas de empresários captarem poupança cooperada, bem como o acesso ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

No começo de 2005, o Banco Central contabilizou 1.436 cooperativas com 2,1 milhões de associados, participando com 2,5% do Sistema Financeiro Nacional.

Os governos FHC e Lula alargaram o horizonte do cooperativismo de crédito com várias medidas; a autorização para constituição de bancos cooperativos, de cooperativas de empresários e microempresários e a transformação em cooperativas de livre admissão, o que permitiu ao sistema ganhar um novo impulso de crescimento.

Além dos três sistemas de crédito cooperativo organizados, o Sicredi, Sicoob e Unicred, o Paraná tem cooperativas de crédito independentes, que são: Credicoamo, Credivel, Credicorol, Credicatu, Coopercorol e Cimento Itaú.

É fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Estado a implantação de políticas favoráveis ao cooperativismo.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3254

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando a substituição da viatura policial, atualmente utilizada no município de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

A viatura que atualmente está em uso, veículo marca VW Gol, ano 1988, encontra-se sem condições de prestar um bom atendimento às necessidades da comunidade local.

#### REQUERIMENTO Nº 3255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, que determinem a remoção de policiais militares para prestar segurança interna na Delegacia de Polícia da Fazenda Rio Grande, para evitar fugas de presos, bem como assegurar a tranqüili-

dade da população do município e da região metropolitana.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Essa remoção de PM's para o interior da Delegacia de Polícia da Fazenda Rio Grande se faz necessário e urgente devido aos acontecimentos registrados nos últimos dias naquele município.

Sem carcereiros habilitados, com carência de policiais civis, aquela delegacia vem sendo ocupada por servidores contratados pela Prefeitura, quer na segurança interna quer permitindo que esses elementos andem armados e abordando cidadãos e cidadãs de bem do município. A fuga de mais de quarenta detentos, sendo dez deles condenados pela Justiça, ocorrida no último dia 23 de outubro, é um dos exemplos.

Quando da evasão, a cadeia pública da Fazenda contava apenas com dois seguranças. E a maldita coincidência: os dois são empregados da Prefeitura prestando serviço de carcereiro. Um deles, que deveria estar ajudando na segurança - também funcionário da Prefeitura - tinha deixado o plantão para votar no referendo. Além disso, constantemente aquela cadeia vem sendo alvo de tentativa de rebelião e de fugas.

Vale lembrar que tais servidores da Prefeitura, lotados na Delegacia, também extrapolam funções que sequer lhes dizem respeito para - intitulado-se policiais civis - achacar e intimidar pessoas de bem.

Em um dos casos, relatados pela população e pela própria Polícia, um tal de Márcio, figura que foi inclusive segurança particular do atual Prefeito da Fazenda Rio Grande, aparece como integrante de uma quadrilha que promovia blitz policial para tomar dinheiro de caminhoneiros e comerciantes da região. A esse mesmo elemento pesa a denúncia de ter colocado um revólver na boca de uma senhora idosa para intimidá-la.

Além de pesar sobre o tal Márcio um assassinato a sangue frio - execução mesmo - de um viciado em droga, morto com dois tiros de arma de fogo na nuca. Consta, conforme depoimento da mãe do homem assassinado, que o tal Márcio sempre tomava dinheiro do seu filho com ameaças.

Por razões descritas aqui é que solicito ao Governador e ao Secretário da Segurança, a remoção de policiais militares para atuar dentro da Delegacia de Polícia da Fazenda Rio Grande.

#### REQUERIMENTO Nº 3270

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, conforme estabelecido no artigo 18, inciso XIX, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, informações à Secretaria de Estado da Administração e Previdência, Dra. Maria Marta Renner Weber Lunardon e ao Secretário de Estado da Ciência,



Tecnologia e Ensino Superior, professor Aldair Tarcísio Rizzi, referente à abertura de concurso público para o preenchimento de vagas nas universidades estaduais e nos hospitais universitários.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA  
RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3278

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providência em relação à superlotação nos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para recém-nascidos no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, conforme reportagem em anexo.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, para que fique gravado para a posteridade, a entrevista do Revmo. Padre Gustavo Pereira Filho, publicado na Gazeta do Povo, página 08 do dia 23 último, denominado de As Muitas Vidas de Gustavo Pereira.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Revmo. Padre Gustavo Pereira Filho, bem como ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderia haver dia de festa mais jubiloso do que este.

A entrevista do Revmo. Padre Gustavo Pereira Filho na Gazeta do Povo do dia 23 do corrente, sobre sua vida toda, e, seus 95 anos de idade, galvanizou o povo paranaense. Reconhecemos que a sua luta sempre foi inspirada no desejo de servir.

É para nós, seus amigos, uma dia de gala em que continuamos festejando os 95 anos de vida de Padre Gustavo.

Um prelado da estirpe do Revmo. Padre Gustavo Pereira Filho, honra-nos, sobremodo, justificativa que participamos. Como ovelhas submissas do seu imenso rebanho, pois como nosso amado Pastor aqui estamos para atender à sua bênção pastoral.

A fama de sua piedade e de sua abnegação sempre ecoou até nós, não nos sendo, portanto, desconhecida a auréola de santidade que lhe nimba a fronte.

A ação do Revmo. Padre Gustavo, tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, é um penhor seguro de conforto para as almas que acham sob sua jurisdição eclesiástica. Sua vida exemplar continua deixando para nós, em nossos corações, uma lembrança imorredoura.

Sua missão, inspirada nas lições do Evangelho, tem produzido frutos imarcescíveis, e, neste momento, todos nós da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, estamos aqui, para rendermos mais uma vez nosso preito de amizade e gratidão, pois, prestar homenagem e saudar um sacerdote, um ministro de Deus, é algo tão sublime que só aos anjos deveria ser dada a incumbência dessa tarefa.

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 655/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Passa o artigo 208 da Lei nº 6174 de 16 de novembro de 1970, a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 8º Conceder-se-á licença ao funcionário efetivo ou em comissão:*

(...)

*XI - para frequência ou curso de aperfeiçoamento ou especialização, seja em território nacional ou no exterior;*

*XII - para apresentação de trabalhos em congressos, simpósios, ou eventos dessa mesma natureza.*

Art. 2º Passa o artigo 210 da mesma lei a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 210. São competentes para conceder as licenças:*

(...)

*III - nos casos dos incisos XI e XII do artigo 208, são competentes para conceder a licença, além do Secretário de Estado da respectiva Pasta, o Reitor da Instituição de Ensino Superior a qual o docente está vinculado.*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

Fere a autonomia das universidades, faculdades e instituições de Ensino Superior o fato de que essas autorizações tenham que passar pelo crivo do Gabinete do Governador do Estado.

Ao não permitir a viagem de um docente, sem vencimentos aos cofres do Governo, o executivo impede o intercâmbio científico dos professores, o que acaba tolhendo o aperfeiçoamento técnico das instituições de Ensino Superior.

Face ao exposto, esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa, para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 656/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento de Santo Antônio - Acodesa, com sede no município de Cambira e foro na comarca de Apucarana, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

**JUSTIFICATIVA:**

Honrosamente, submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em anexo, que pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Santo Antônio, com sede na Estrada Santo Antonio, Km 12, no município de Cambira, neste Estado.

A citada associação é uma entidade sem fins lucrativos, com o propósito de promover o estímulo ao desenvolvimento comunitário objetivando a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados que se dedicam à exploração da agropecuária e conseqüente transformação artesanal ou industrial, entre as outras finalidades de elevado caráter social, como bem disposto no estatuto social.

Considerando os objetivos nobres dessa Entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseqüente aprovação da presente proposição de lei.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Conversei com o Deputado Antonio Anibelli hoje, para que pudéssemos nos manifestar no Grande Expediente, mas no entendimento entre as lideranças do Governo, o Deputado Dobrandino e a Presidência da Casa, Deputado Hermas Brandão, estará daqui a pouco o Vice-Governador Orlando Pessuti, para falar sobre a febre aftosa que atinge o Brasil e também o Estado do Paraná.

Uso o Pequeno Expediente apenas para discorrer nesta Sessão, sobre o referendo que aconteceu no dia de

ontem. Jamais imaginávamos que a diferença seria tão grande.

No começo da campanha todos nós percebemos que o SIM levava uma vantagem. Da forma como a pergunta foi formulada, tendenciosa, induzindo ao leitor a votar no SIM, porque a grande maioria entendeu que se votasse no SIM estaria a favor da comercialização de armas no mercado brasileiro.

Nós, na Assembléia Legislativa, criamos em conjunto com outros 33 Parlamentares: a Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa.

Cada Parlamentar, cada Deputado aqui da Assembléia, como outras pessoas do Paraná e do Brasil afora, entidades e não entidades, cada um procurou conversar com as pessoas com quem tinham acesso, e transmitir aquilo que poderia acontecer caso o SIM ganhasse ou caso o NÃO viesse a vencer - como foi o grande vencedor do referendo no dia de ontem. Nós não imaginávamos que a diferença seria tão grande, Deputado Plauto.

No começo da semana passada, ainda conversávamos com a Frente Parlamentar, em nível nacional, com o Delegado do Estado do Paraná, Deputado Lupion e imaginávamos que a diferença poderia chegar a 10, 15 pontos no máximo, mas não que fosse atingir 64%. Isso deixou claro e evidente, Deputado Cartário, que na medida em que foi passando o tempo, os eleitores foram se conscientizando para saber daquilo que efetivamente iria acontecer, como eu já disse, caso uma ou outra frente fosse vencedora.

Entendemos, Deputado Bradock, que venceu aquilo que deveria vencer mesmo. Porque o NÃO faculta. Faz com que o brasileiro possa optar em ter uma arma ou não. Nós sempre defendíamos que o cidadão que tem uma arma, se quiser entregar a arma por livre e espontânea vontade que a entregue, mas que não seja embutida por lei, a proibição da comercialização de armas.

Diria que tanto o Governo Federal e todos os governos estaduais da nossa Federação devem investir pesado na segurança. A segurança pública você só consegue oferecer à sua gente, à sociedade, desde que hajam leis rígidas. Lugar de bandido é na cadeia. Lugar de criminoso não é na rua. Para tanto o Governo tem que construir mais presídios, sim. Tem que sofrer uma alteração a própria legislação, hoje. Porque existe uma lei que condena o criminoso, mas por outro lado temos uma lei que também dá a oportunidade para que o criminoso possa ser absolvido, responda em liberdade. Isso é que coloca a sociedade do Brasil em risco permanente. E tenho participado de diversos debates em universidades, em rádios e televisão, juntamente com outros Deputados, tanto a nível estadual como federal, e espero que a partir deste instante, esses 64% no Brasil e os 73% no Paraná e o mais de 80% do oeste do Estado do Paraná deram para o Governo Federal e também para o Governo Estadual aquilo que os governos devem fazer em favor da nossa sociedade.

Disse que o crime se combate com leis enérgicas, mas também com equipamento, com viaturas, com armamento e a polícia bem paga. Aí sim vamos oferecer segurança para nossa gente!

Com toda certeza, Sr. Presidente, vamos voltar a esse assunto ainda, não na Sessão de hoje, mas na Sessão de amanhã.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próxima oradora inscrita. Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

### ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No uso desta tribuna, gostaria de não só informar, mas também convidar a todos os Deputados que tenham interesse em participar do 2º Encontro Estadual das Cooperativas, que trabalham hoje no nosso Estado, cooperativas da agricultura familiar, de economias solidárias. Então, representantes dessas cooperativas que trabalham ou que têm sua atuação no ramo de crédito de produção, comercialização e de habitação, entre tantos outros, vão estar debatendo nesta semana, no dia 27 e 28, no Hotel Caravele, a partir das 10h do dia 27, a importância da organização, a estruturação, estratégia de organização dessas cooperativas e como vai ser a atuação da Unicafe, junto também a Unicafe nacional.

Fica aqui o convite a todos que tiverem interesse em participar desse 2º Encontro Estadual, que com certeza será muito produtivo, com representantes de cooperativas da agricultura familiar de economias solidárias, vão ser debatidos muitos assuntos de interesse do nosso Estado e, de uma maneira especial, da agricultura familiar.

Sr. Presidente, no início deste ano, especialmente nos meses de fevereiro e março, o Paraná sofreu muito, juntamente com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, numa forte estiagem. Nesse período, várias entidades, vários agricultores fizeram grandes manifestações, solicitando apoio do Governo do Estado e do Governo Federal. E desde o início deste mês de outubro, está acontecendo nos municípios do nosso Estado, está sendo passado aos nossos agricultores o seguro agrícola, que era uma grande reivindicação dos nossos agricultores. O seguro agrícola vem não só cobrir o financiamento que o agricultor fez - desde que confirmado que teve perdas com a estiagem - o seguro agrícola cobre - ele não precisa pagar esse financiamento - e além disso, está recebendo um auxílio do Governo Federal. Esse auxílio vai até R\$ 1.800,00 por família, conforme o montante de perdas que ele teve na sua produção.

E também, junto a isso, foi reivindicado uma bolsa estiagem, que é para ajudar aquelas famílias que não fizeram o financiamento e, por isso, estavam desamparadas e

não iriam ter um apoio do Governo. O Governo Federal colocou R\$ 300,00 por família e o Governo do Estado colocou mais R\$ 200,00.

Na questão da bolsa estiagem, nós tivemos, no Estado do Paraná, cerca de treze mil famílias que foram beneficiadas, e com o seguro agrícola cerca de trinta mil famílias foram beneficiadas, e continuavam sendo.

É bom lembrar que o Governo do Estado também vem auxiliando; além dos duzentos reais que está colocando na bolsa estiagem, que completa então quinhentos reais, junto aos trezentos reais do Governo Federal, também vem auxiliando com sementes: de milho, de feijão. Então, essas são algumas medidas que vêm auxiliando os nossos agricultores, e de uma maneira especial à agricultura familiar, que é a que mais sofreu com a questão da estiagem e que precisa realmente, do apoio do Governo do Estado e do Governo Federal. Aqui, quando muitas vezes citadas as ações do Governo Federal, falo que esse Governo tem dado uma prioridade, e defendo em todo momento, muito grande para os pequenos agricultores e para a agricultura familiar, valorizando as entidades que a representam.

Na questão do Pronaf, nós tivemos, quando o Governo Lula assumiu este País, nós tínhamos, sendo destinado ao Pronaf, 2,2 bilhões de reais. Hoje, o recurso anunciado para a safra de 2005/2006 chega a nove bilhões de reais. Novas linhas de crédito surgiram como a questão do Pronaf Mulher, do Pronaf Jovem. São linhas de créditos que vêm auxiliar ainda mais os nossos agricultores. E o que considero mais importante de todas essas ações do Governo para a agricultura familiar, junto, é claro, com o seguro agrícola, que é de fundamental importância, eu cito aqui que é o Programa de Habitação Rural. Esse programa de habitação para o campo tem contemplado muitas famílias no nosso País.

Mas, de uma maneira especial, falando do nosso Estado, a previsão é que nessa parceria, Governo do Estado, Governo Federal e também a Fetraf e a Cressol, nós devemos passar de quatro mil casas construídas no campo. E essas quatro mil casas representam uma moradia digna para os nossos agricultores e para as nossas agricultoras. As casas significam a dignidade dos nossos agricultores.

Muito obrigada”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Delegado Bradock.

Com a palavra o Sr. Delegado Bradock.

### ***Deputado Delegado Bradock (PMDB)***

O SR. DELEGADO BRADOCK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Venho de público agradecer ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, ao Deputado Elio Rusch, ao Deputado Lupion, ao Deputado Anibelli, e a outros Deputados aqui desta Casa, que se empenharam firmemente na luta

pelo NÃO, ou seja, empenharam-se pela luta de resguardar o nosso direito à legítima defesa.

O povo brasileiro, ontem, em uma demonstração madura de que sabe realmente o que quer, não se deixando influenciar pelas interferências globais deste País, votou naquilo que acredita, naquilo que acha que é certo para a nação nesta época, neste momento.

Portanto, quero deixar expressos os meus votos de congratulações ao Tribunal Regional Eleitoral pelo brilhante trabalho que teve ontem na condução do Referendo 2005. Dizer também que o Deputado Elio Rusch foi um grande guerreiro no sentido de defender o NÃO, de defender os nossos direitos, junto com o Deputado Abelardo Lupion, o Deputado Anibelli, que também se engajaram nessa campanha e todos os outros colegas que participaram, de uma maneira ou de outra, nos diversos debates que tivemos com o lado do SIM.

Quero aproveitar a oportunidade e dizer da minha satisfação de ter debatido com o Deputado Ratinho Júnior, e vários segmentos da sociedade, ele, sempre de maneira leal, com lisura. Nesta época não há vencidos nem vencedores, o que se ouve é o prevalecimento do nosso direito. Era isso que queria deixar registrado nesta Casa, e agradecer aos Srs. Deputados pela compreensão, e ao povo do Paraná por ter resguardado o nosso direito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem o Brasil foi chamado às urnas para uma manifestação de respeito da comercialização de armas de fogo e munições. Vimos que mais de 20% da população se absteve de votar. Referendo que entendemos ser desnecessário, uma vez que o dinheiro gasto com ele teria deixado um saldo positivo de pelo menos a construção de trinta novos presídios de segurança máxima para que pudéssemos prender os bandidos que assustam, e afrontam e que desafiam a sociedade brasileira.

Fernandinho “Beira Mar” é preciso ser levado de Estado para Estado, de cadeia para cadeia, porque não temos um presídio de segurança máxima federal onde possam guardá-lo. Com os aproximadamente seiscentos milhões de reais de custo direto do referendo, nós construiríamos trinta presídios de segurança máxima de vinte milhões cada um; equipariamos todas as unidades da Federação com um presídio e faríamos ainda um segundo nas unidades maiores.

Assim sendo, mais uma vez o dinheiro do povo brasileiro foi para o ralo, fora a inconveniência de ter que se votar em uma coisa que o povo e as autoridades já

sabem, que é a crise da segurança, a crise da proteção dos direitos dos indivíduos neste País.

Quem é que não sabe que usar a arma de fogo e munição é perigoso para o cidadão? Quem é que não sabe que praticar crime, que roubar, invadir fazenda, roubar gado, roubar produtos veterinários, adubos, insetecidas das fazendas é crime? E no entanto, não se tem uma proteção aos direitos e às garantias individuais de cada cidadão neste País. Vemos, aqui no Paraná, o índice de criminalidade se equiparando com a baixada fluminense. E vemos aí o garotinho, não é o Garotinho ex-Governador do Rio de Janeiro, o garotinho Roberto Carlos, o garoto propaganda que se diz Secretário da Segurança neste Estado, alardear que no Paraná a segurança vai bem.

Acredito que para ele para o seu irmão, que foi preso na Penitenciária do Ahú, levando maconha e cocaína para o presídio, e cujo inquérito policial não fez uma investigação profunda, por parte inclusive do próprio Ministério Público. Vai bem sim. Vai bem para o Secretário da Segurança e para o Governador Roberto Requião que tem uma das maiores coleções de armas do mundo na sua casa, inclusive rifles AR-15 e ninguém investiga. A Polícia Federal ainda não foi lá para buscar esse amamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. conclui seu pronunciamento ou poderá usar o Horário da Liderança do seu bloco.

***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PSB***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Vou usar o Horário da Liderança do Bloco, Sr. Presidente.

Inclusive, a Polícia Federal não foi lá para buscar os armamentos que o Governador do Estado do Paraná tem como coleção e mais do que isso, é costumeiro em dar presentes de armas para as pessoas que lhe são gratas e do seu convívio.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Vou dar o aparte, Deputado Rossoni.

Depois, em uma entrevista no jornal Gazeta do Povo e ontem, ao invés de discutir a questão da segurança, vem o “adivertere” como o dizer italiano, para se divertir, fala do Palocci e que não é para discutir o problema de segurança, ora, não tem o que discutir. As cadeias cheias, aliás, tem uma cadeia vazia no Paraná, a cadeia de Andirá, de onde fugiram todos os presos que lá estavam. Está vazia.

Não se tem cadeia para prender os bandidos e vão falar em segurança pública! Não se tem gasolina para pôr

na viatura policial e vão falar em segurança pública! Não tem delegado de Polícia em mais de cem municípios do Paraná e vamos falar de segurança pública! Segurança pública sim, tem o Governador do Paraná que lá na Granja do Canguiri tem um aparato que lhe protege e lhe dá segurança pública, mas o povo está desamparado e sem segurança pública nenhuma, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vem falar em segurança pública quem está incentivando a invasão de propriedades rurais, produtivas neste Estado e não faz, quando é de sua obrigação, o desejo daqueles que invadem e saqueiam as propriedades produtivas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

**O Sr. Geraldo Cartário (PMDB)**

V. Exa. permite um aparte?

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Concedo aparte ao Deputado Rossoni e depois, a V. Exa.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Scarpellini, o meu aparte é breve.

O resultado do referendo não é nada mais, nada menos do que um recado para os governantes. Ninguém está satisfeito com a segurança, senão, não daria esse resultado. É importante quando V. Exa. fala em Governador. Veja como é engraçada a questão da segurança. O Garotinho, ex-Governador do Rio de Janeiro, teve que sair da Secretaria da Segurança porque não deu conta do recado, porque a sua mulher é Governadora. Aqui no Paraná, aconteceu um fato inusitado. Não lembram dos primeiros dias do Governo Requião? "Eu vou assumir essa Secretaria para resolver o problema de segurança". Eu não lembro se ele foi demitido pelo próprio Governador ou se ele pediu demissão, mas que ele não resolveu o problema de segurança, não resolveu. Daí, colocou lá o "Roberto Carlos" dele, que talvez sirva muito para cantar para ele no Canguiri, antes de fazer segurança para o povo paranaense.

Obrigado, Deputado Scarpellini.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Agradeço o aparte de colaboração de V. Exa., que veio acrescentar àquilo que eu estou falando neste momento.

Deputado Geraldo Cartário tem o aparte.

**O Sr. Geraldo Cartário (PMDB)**

Deputado Scarpellini, V. Exa. foi Prefeito e eu também e sabe que o grande problema das prefeituras do Brasil, era manter o setor educacional, ou seja, pagar as professoras municipais. Criou-se o Fundo de Educação, que é o Fundef e se resolveu o problema. Eu entendo que realmente precisa haver um Fundo para a segurança, com dinheiro carimbado, para que seja especificamente voltado ao atendimento à área da segurança. Quero dizer a V.

Exa. que a Fazenda Rio Grande também foi motivo de uma fuga de quarenta e poucos presos, no dia do referendo. Estamos preocupados e sabemos, Deputado Scarpellini, eu inclusive estou entrando com um requerimento hoje, apenas pedindo que a Polícia Militar cuide dos presos em cada município do Paraná.

Referente à falta de Delegado, foi o nosso ex-Partido PSL, que entrou com uma ação ao nível de Brasil e acabou com a figura do Delegado calça-curta. Por isso que não se consegue concurso para preencher esses cargos nos municípios, de uma hora para outra. Isso aconteceu recentemente, há uns dois anos atrás. Mas o Estado tem aberto concurso constantemente para Delegado. Mas, agora, precisa desse Fundo? Precisa.

Eu gostaria que a Assembléia aprovasse o nosso requerimento para que a Polícia Militar possa dar atendimento às delegacias que têm prendido mais de trinta. Caso contrário, dois funcionários das prefeituras não vão resolver o problema.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. tem mais quatro minutos.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Fico agradecido da generosidade de V. Exa., Sr. Presidente. Confesso que fiquei pasmo agora, com as declarações do Deputado Geraldo Cartário.

Dois anos que já se acabou ou quatro anos e, já faz três anos que o Governador Requião assumiu e não teve nenhuma outra maneira de resolver o assunto? Isso me deixa assustado realmente.

**O Sr. Geraldo Cartário (PMDB)**

Isso vem do Governo anterior, Deputado.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Não, mas se veio do Governo anterior, teve posse. Ou tomou posse neste Governo ou não tomou.

Deputado Geraldo Cartário, este Governador, pelo que me indica, já tomou posse. Porque ele foi taxativo: se assumir o Governo do Paraná, acabo com o pedágio, vou resolver o problema do funcionalismo público, da segurança. Bom, se não tem nada resolvido: não acabou com o pedágio e já faz três anos que ele tomou posse. Entendo que então vamos ter que esperar o Governador ser reeleito, para que então possa resolver esse problema que era para ser resolvido nesse mandato. Ele disse que quando tomasse posse resolveria. Será que é a posse desse mandato de 2002 ou é a de 2006?

Realmente eu não sei o que acontece. Vejo a manchete do jornal: "mil policiais militares serão contratados no Paraná. O concurso público, para seleção de mil policiais militares.

Eu vi o concurso público de Minas, há dois anos atrás, contratando dez mil policiais a mais e guardada a proporção à habitação policial, lá, que já tinha mais do

que no Paraná. Enquanto nós vamos contratar mil aqui, lá se contratou, efetivamente, dez mil.

Então, nós estamos a dever. E como disse o Governador Roberto Requião, em italiano. Porque o Requião é austríaco de uma região da Áustria, aonde foi ocupada há muito tempo pelas tropas de César. Então aquela parte da Áustria se confunde com a Itália e, quando interessa até italiano ele vira também. Como disse ele, “*adivertere*”, a divertir da cara do povo, isso sim. Está a se divertir da cara do povo, fazendo piadinhas, brincando com as estatísticas e “*adivertere*” Requião, austríaco e italiano. PMDB ou PT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a V. Exa. para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

*Adivertere* Requião, precisamos de segurança no Brasil, e no Paraná principalmente, o seu Estado *adivertere*.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Plauto Miró Guimarães com a palavra.

## ***O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna hoje, é o problema aftosa. Aftosa apareceu no Estado do Mato Grosso do Sul e, infelizmente temos informação, segundo a imprensa, de que adentrou ao Paraná através de animais que vieram do Mato Grosso para serem expostos e comercializados no Norte do Estado. E o problema está aí; não temos certeza se realmente é aftosa; os exames não estão comprovados. Mas o resultado negativo já está batendo nos municípios paranaenses.

Vejam a região dos Campos Gerais, os produtores de leite da região dos Campos Gerais, quase que na sua totalidade, vendem para a Nestlé, que fica no Estado de São Paulo. E hoje pela manhã, tiveram os produtores, na barreira de divisa com o Estado de São Paulo, os seus caminhões presos, sem que pudessem cruzar a fronteira porque o Estado de São Paulo proibiu que produtos oriundos de animais do Paraná adentrassem no Estado de São Paulo. O que aconteceu? Os caminhões estão bloqueados na barreira com São Paulo, o leite perecível está dentro dos caminhões, e os produtores de leite não sabem o que fazem com o produto.

Por que, Deputado Valdir Rossoni? Primeiro: não conseguem cruzar a fronteira; segundo: vão fazer o quê com esse leite? Se resolvem doar à população, qualquer problema que haja de saúde acabarão os produtores pagando judicialmente pela sua atitude de doar o leite para as pessoas. Terceiro: vão colocar aonde esse leite? Vão jogar nos rios, vão colocar em fossas? Porque não é

pouco leite? Só na Cooperativa de Arapoti são mais de sessenta mil litros de leite que estão bloqueados na fronteira com São Paulo, sem contar a cooperativa Castrolândia, Batavo, que também vende leite para a Nestlé. Enfim, o problema está criado e eu espero - pessoalmente tentei o contato com o Vice-Governador do Estado do Paraná, Secretário da Agricultura, para poder expor toda essa situação -, não conseguimos conversar, mas aqui na Assembléia, com a presença do Secretário, nós conseguimos, e ele tem posições que vai trazer para esta Casa sobre esse problema sério do leite dos Campos Gerais.

São os produtores que perdem, são os industriais que beneficiam uma parte do leite que fica aqui no Estado do Paraná, e naturalmente a economia paranaense passa a perder com tudo isso. Não adianta discutir quem é o culpado, se é o Presidente Lula que não liberou os recursos para poder se fazer frente à febre aftosa, lá no Estado do Mato Grosso do Sul e em todo o território nacional; se é o problema do Governo do Estado, que deixou de fiscalizar. Temos que tirar os problemas e ir atrás da solução, e a solução só através de entendimento. E eu espero que o Governo do Estado do Paraná, através do seu Secretário, o Orlando Pessuti, possa resolver essa situação, porque não é justo, por inoperância do Governo Federal na liberação de recursos para o combate à febre aftosa no Brasil, tenhamos que pagar um preço tão caro como esse.

Peço ao Governador Roberto Requião, ao Secretário da Agricultura que, aliás está nesta Casa em visita hoje, para que achemos a solução. Porque inúmeros produtores rurais dos Campos Gerais, produtores de leite, cá entre nós, uma das melhores bacias leiteiras do nosso Brasil, está nos Campos Gerais.

Queremos esta solução pelas autoridades constituídas que compõem o Governo do Estado do Paraná, o Governo de São Paulo e também o Governo Federal.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar as presenças do Vereador Gilson Amaral, um dos Vereadores mais votados na história de Guarapuava e candidato a Deputado estadual e também do Vereador Amilton Carlos de Lima, de Guarapuava.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputado Barbosa Neto.

## ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais da cidade de Londrina está ingressando com uma ação civil pública contra o Governo do Estado.

O motivo é a superlotação dos leitos de UTI neonatal no Hospital Universitário de Londrina.

O maior hospital público do interior do Paraná e do Norte do Estado e que atende única e exclusivamente aos pacientes do SUS, está registrado a superlotação que atinge 172% da sua capacidade normal.

O Promotor Paulo Tavares, que vem a algum tempo trabalhando nesta ação, está pedindo socorro ao Governo do Estado, para que dote o HU com condições para salvar as vidas dos bebês que estão em risco de morte. Já que há um surto de bactérias nas unidades neonatais, podendo provocar infecções como a pneumonia, outros tipos de endocardite e até a infecção por bactérias que estão colonizando essa UTI, justamente pela falta de condições, de aparelhos e de estrutura para atender a essas crianças.

Estamos, nesta tarde, fazendo o registro desse caso que é extremamente grave, através de um requerimento, para que o Governo do Estado possa fazer a sua parte.

Por outro lado o Governo do Estado anuncia, também para o mesmo Hospital Universitário, a abertura de um concurso público para 99 novos servidores que estão trabalhando em várias funções dentro do hospital.

Esperamos que esse edital seja assinado e publicado no Diário Oficial para poder valer, já que morreram mais de 25 pessoas por falta de leitos de UTI no HU.

Sabemos do déficit de médicos, enfermeiros, principalmente de especialistas, sem contar outras funções que também estão em defasagem no HU, que têm provocado essas mortes ou falta de atendimento. Não vou entrar na questão da segurança, já que hoje os funcionários do Hospital Universitário estão trabalhando com medo, sob a égide da violência e bastante preocupados, sem ter condições de exercer as suas funções.

Temos que dizer, mais uma vez, que temos cobrado e temos alertado, mas os profissionais que lá estão, há vários anos, também merecem o respeito por parte do Governo.

Queremos acreditar que o plano de carreira, cargos e salários, que vem sendo discutido há mais de um ano, possa ser assinado o mais brevemente possível e aí teremos o prazer e a satisfação de elogiar o Governo, se isso realmente for feito, porque os técnico-administrativos estão precisando desse aumento. Alguns deles estão há mais de dez anos sem ter a reposição salarial, e é compromisso do Governo atender essa categoria.

Creio que antes da contratação de novos servidores, o ideal seria pagar bem àqueles que já estão ali...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. tem ainda quatro minutos.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Sr. Presidente, quero também dizer que entendo que o Governo do Estado recebeu uma demanda muito grande de reivindicações, principalmente por parte do funcionalismo, a defasagem salarial realmente é grande...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Desculpe, cometi um erro, nobre Deputado, V. Exa. está no Pequeno Expediente e está esgotado o seu tempo, a não ser que V. Exa, queira usar o Horário da Liderança do seu Partido.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Agradeço a V. Exa, Sr. Presidente, mas concluo aqui.

Muito obrigado!

## ***Grande Expediente:***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O Grande Expediente de hoje vai ser concedido ao nosso Vice-Governador e Secretário da Agricultura, nosso eterno Deputado Orlando Pessuti, para mostrar aos Srs. Parlamentares o momento que vivemos no setor pecuário com a notícia das possibilidades de termos algum foco da febre aftosa em nosso Estado.

## ***Sr. Orlando Pessuti - Vice-Governador e Secretário de Estado da Agricultura***

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão; Sras. Deputadas, e Srs. Deputados:

Inicialmente quero agradecer À Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pelo convite a nós formulados, na manhã de hoje primeiramente pelo Líder do Governo, Deputado Dobrandino da Silva e do Deputado Bradock, que nos telefonaram sugerindo que viéssemos aqui e, posteriormente, através do Presidente desta Casa que pedia a nossa presença na Assembléia Legislativa para, durante o Expediente, darmos conta e informações a respeito da presença ou não, da febre aftosa em território paranaense.

É importante que todos nós saibamos que a história da febre aftosa remonta a algumas centenas de anos atrás. A aftosa foi descoberta em 1546, na Itália, e de lá para cá o mundo vem desenvolvendo uma série de ações de defesa sanitária animal, de capacitação de técnicos, de orientação de produtores no mundo inteiro para tentar se ver livre desse mal que não causa nenhum problema ao ser humano, mas terríveis problemas aos animais e, conseqüentemente, por ser uma doença de alto contágio, causado por um vírus, ele se torna uma das principais barreiras na comercialização de carne e derivados, no mundo inteiro.

Muitos são os países, inclusive o nosso, evidentemente, que interpõem barreiras à questão da febre aftosa, tanto à febre aftosa, como outras doenças tipo vaca louca, scribe, del casio dos frangos, augeski dos suínos, a peste suína. Todas elas são caracterizadas como barreiras à exportação para outros países. E agora, mais recentemente, surgindo no debate a gripe aviária como uma

das que pode realmente estabelecer uma grande barreira internacional na comercialização de produtos. E tudo isso não é pela Secretaria da Agricultura do Paraná ou pela Secretaria Municipal de Agricultura ou mesmo e tão somente pelo Ministério da Agricultura tratado.

Para isso, temos aquilo que eventualmente alguém chamada de a “ONU da saúde Animal, que é a Organização Internacional de Saúde Animal”, anteriormente conhecida como “Organização Internacional de Epizootias.” A OIE que estabelece todas essas regras e os países que se integram à Organização Internacional de Saúde Animal, se submetem a essas regras se desejarem evidentemente participar do comércio exterior, do mercado exterior de carnes de bovinos, de suínos, de lácteos, de aves, enfim dos produtos inclusive de origem vegetal.

No Brasil, desde já há quarenta anos atrás, uma luta muito grande se estabeleceu no combate à febre aftosa. Lembro-me, e os números da Secretaria da Agricultura registram, que há quarenta anos atrás, a cidade de Paranavaí, tivemos o início da vacinação da febre aftosa no Paraná e era Secretário da Agricultura o Dr. Paulo Pimentel.

Portanto, há quarenta anos atrás o Paraná iniciava a sua luta contra a febre aftosa. E essa luta foi mais intensificada, passando por governo como de: Emílio Gomes, Parigot de Souza, de Jaime Canet Jr., Ney Braga, José Richa, Álvaro Dias, Roberto Requião, Jaime Lerner, chegando novamente a Roberto Requião. Passando por secretários como: Paulo Pimentel, Cassiano Reis, Paulo Carneiro, Reinhold Stephanes, Stefanelo, Klaus Germe, Albuquerque, Brasília de Araújo, Tibúrcio; passando pelo Secretário Osmar Dias, Souza, Hermas Brandão, Poloni, Deny Schuartz e chegando agora, nesses últimos três anos, à nossa pessoa que estamos com esta responsabilidade.

Então, o trabalho sempre foi feito, e na minha opinião, muito bem feito. Um trabalho intenso que é feito não só por nós, Secretaria da Agricultura, mas feito principalmente por um conjunto de entidades que integram o Conselho Estadual de Sanidade e Agropecuária que foi criado na gestão do Dr. Poloni em cima do Conselho de Desenvolvimento Rural e Política Agropecuária, que foi criado pelo Secretário Hermas Brandão. Que os criaram, o Hermas Brandão e o Poloni, em cima de uma lei agrícola estadual votada e aprovada por esta Assembléia, sancionada pelo Governador Requião e pelo Secretário Osmar Dias, lei de autoria do então Deputado Orlando Pessuti, que vos fala neste momento.

Lei oriunda de uma Constituição de 89 que juntos escrevemos e promulgamos e que é fruto de uma Constituição Federal de 88 que os nossos constituintes elaboraram. Constituição de 88 do Brasil, 89 do Paraná, Lei Agrícola de 91; Conderpa, criado pelo Hermas Brandão; Conesa, criado pelo companheiro Poloni; Fundepac, criado por essas entidades que aqui estão: Avipar, Apave, Apcbra, do leite, dos búfalos Abupar, APS, da suinocultura, Faep, Fepac, Sindicarne, Sindileite, Sindicato de

Gado de Corte do Paraná e Organização das Cooperativas, que faz com que o Paraná seja hoje o único Estado que dispõe de um fundo de desenvolvimento da pecuária que tem em caixa vinte milhões de reais, para atender indenizações, em caso de extermínio de animais, como agora talvez tenhamos que fazer. Que faz com que o Paraná seja um dos poucos estados que possui um Conselho como este, o Conesa, com trinta e cinco entidades que se reúnem periodicamente e deste Conesa, surgindo outros conselhos de sanidade, como por exemplo, Coesa - Conselho Estadual de Sanidade Avícola, que desde 2001 - não estou dizendo agora, neste Governo -, tem proposto ao Governo Federal ações, no sentido de criarmos o circuito de sanidade avícola do Sul, para que não tenhamos que nos submeter a isso que estamos vendo na Revista Veja, que circula nesse final de semana, onde expõe aqui a pandemia do medo e tudo se fala da gripe aviária.

Nós, no Paraná, seja do tempo do Brandão, do Poloni, do Schwarts ou do Pessuti, junto com o Conesa, o Fundepac e o Coesa, sanidade avícola, estamos propondo um circuito avícola dos três estados do sul, porque se a aftosa nos preocupa, muito mais nos deve preocupar a cabeça, quando pensamos na sanidade dos suínos e das aves. Porque nesses dois itens suinocultura e avicultura de corte, o Paraná desponta entre os primeiros do Brasil.

A luta de combate à febre aftosa não é de hoje. É uma luta memorável da qual tive a oportunidade de sempre participar, desde 1979, quando entrei na Emater e, principalmente no ano de 1980, quando tivemos um terrível foco no Estado do Paraná e como extensionista rural da Emater fui convocado pela Secretaria da Agricultura, para trabalhar sem interrupção de dias, fossem eles feriados, sábados ou domingos, junto com os colegas da defesa sanitária, para debelarmos o mal que assolou o território paranaense, naquela oportunidade. Junto com outros colegas de Ivaiporã fui responsável por visitar cerca de quinhentas propriedades, às margens do Rio Ivaí, desde o município de Jardim Alegre até o município de Pitanga, uma a uma, a cavalo, de fusca, de picape, coletando material, desinfetando as propriedades e ajudando a debelar a febre aftosa.

Todo esse trabalho vem sendo desenvolvido, e no Brasil criaram esses circuitos de sanidade da febre aftosa. O Paraná integra o circuito Centro-Oeste. Temos o Rio Grande do Sul e Santa Catarina que estão em um circuito e nós estamos em outro. Santa Catarina é um Estado livre de febre aftosa sem vacinação. O Rio Grande também era, mas a partir do foco, há quatro, cinco anos atrás, ele voltou a vacinar. Santa Catarina continua não vacinando. O Paraná de hoje optou por manter a vacinação duas vezes por ano, junto com São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Estamos acompanhando isso de perto. Nas reuniões que sempre tivemos como Secretário da Agricultura em Brasília, o assunto defesa sanitária animal e vegetal foi colocado. Quando falamos em defesa sanitária animal e vegetal é bom que se diga, que esse trabalho é muito



bem feito no Estado do Paraná, pela nossa equipe de agrônomos, veterinários e técnicos e muito bem cuidado sempre pelo Conesa - Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária do Paraná.

Tivemos o foco no Rio Grande do Sul que nos criou problemas. Tivemos o foco do Pará que nos criou problemas. Tivemos o foco do Amazonas que nos criou problemas e restrições. Tivemos o foco no Mato Grosso do Sul que nos criou problemas e esse é o "x" da questão, que nós estamos aqui para conversar com vocês.

No dia 09 de outubro, extra-oficialmente, o Secretário Newton Paul Ribas, no exercício da Secretaria da Agricultura, eu, no Governo do Paraná, recebemos um telefonema do Rio Grande do Sul. Uma pessoa ligada à defesa sanitária animal do Rio Grande do Sul, que disse: temos informações extra-oficiais que tem um foco de febre aftosa no Mato Grosso do Sul. Determinamos já no dia 09, mesmo sem termos oficialmente comunicados pelo Ministério da Agricultura, mesmo extra-oficialmente sabendo, que as barreiras já fossem montadas e as divisas com Mato Grosso do Sul fossem fechadas.

Determinei uma reunião do Secretário da Agricultura, Nilton Ribas, com o Superintendente do Ministério da Agricultura e com o Conesa para segunda-feira, dia 10, às 9h00. Estávamos reunidos na segunda-feira, tentando contato com o doutor Gabriel Maciel e conseguimos o contato, quando ele nos informa que às 10h00 daquele dia, iria anunciar oficialmente o foco de febre aftosa. Por isso, só tomamos conhecimento da existência da febre aftosa no Mato Grosso do Sul no dia 10 de outubro, às 9h30, e esse comunicado nos foi feito pelo Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, Dr. Gabriel Maciel.

É lógico que providências poderíamos ter tomado se tivéssemos sido avisados antes pelo próprio Ministério - que já estava elaborando os exames em Belém do Pará e que na segunda-feira já tinha os resultados - ou pelo vizinho Estado do Mato Grosso do Sul, que, evidentemente, se o resultado já era oficial no dia 10, com toda certeza ali pelo dia 01 de outubro, uns dez dias antes, o Mato Grosso do Sul certamente já estava tomando as suas providências de inspeção de propriedade com suspeição.

E ontem de manhã - não sei quem de vocês assistiu ao Globo Rural - uma das últimas reportagens do Globo Rural e reprisada hoje de manhã no programa da Ana Maria Braga, mostra o Sr. Antônio - não sei o restante do nome dele - industrial de São Paulo, dono da propriedade Santo Antônio e São Benedito, em Japorã, dizendo que viu animais na sua propriedade babando no dia 10 ou dia 15 de setembro e que não se preocupou muito, porque achava que era por causa do capim seco que tinha ferido a boca de seus animais.

Então, fico imaginando que se o Sr. Antônio, no dia 10, viu animais babando e se sei que o período de incubação do vírus da aftosa é de 16 a 21 dias - podemos colocar no menor tempo, dezesseis dias -, e voltarmos do dia 10, dezesseis atrás, tenho que ali pelo dia 25 de

agosto o vírus da febre aftosa já estava circulando lá na propriedade do Sr. Antônio, na fazenda Santo Antônio e São Benedito.

Portanto, não quero aqui responsabilizar ninguém, porque não é hora de ficarmos achando culpados. Mas, acho que houve, sim, uma falha primeiro do Sr. Antônio, da fazenda Santo Antônio e São Benedito, de não comunicar às autoridades, porque sendo ele um industrial, uma pessoa, na minha opinião esclarecida, sabendo de toda essa problemática da febre aftosa, ele teria que ter procurado um veterinário do Iagro do Mato Grosso do Sul e dizer: tenho animais babando em minha propriedade. Vá lá ver se não é febre aftosa. Depois, dos companheiros do Mato Grosso do Sul, que teriam que ter nos alertado, dizendo: olha Pessuti, temos uma suspeita de febre aftosa; por enquanto é só uma suspeita, mas tome as precauções. E também do Ministério - disse isso ao Gabriel - porque o Ministério teria que nos ter dito: olha, estamos analisando uma suspeita de febre aftosa.

Porque se isso tivesse acontecido, nós certamente teríamos segurado dentro da Euro Zebu, em Londrina, os animais que vieram do Mato Grosso do Sul ou aqueles animais que na Euro Zebu mantiveram contato com os animais que vieram do Mato Grosso do Sul ou que estiveram no local onde estiveram antes dos animais daquele Estado.

Não pudemos interditar a Euro Zebu. Ela aconteceu de 01 a 09 de outubro, o leilão foi feito no dia 04, e no dia 05 os animais foram embora. No dia 07, quando estive lá fazendo uma palestra, estavam chegando os animais da raça Limosan para a Exposição Nacional do Limosan, animais oriundos de dez propriedades do Paraná e três do Estado de São Paulo. E no dia 09 esses animais retornaram para as suas origens, inclusive, para as três propriedades do Estado de São Paulo, e os nomes das cidades já foram divulgados: Itapetininga, Restinga e São Carlos. E por isso, nada pudemos fazer para segurar esses animais sem que eles fossem para outras regiões do Estado do Paraná, como acabaram indo aqueles leiloados para quatorze propriedades em diferentes regiões.

No dia 10, quando soubemos da febre aftosa, o que fizemos? Iniciamos um trabalho de rastreamento de todas as propriedades rurais que nos últimos sessenta dias, anteriores a 10 de outubro, tinham recebido diretamente animais do Mato Grosso do Sul e, encontramos 43 propriedades rurais que tinham recebido animais bovinos, alguns frigoríficos recebido suínos, e mais, se não me engano, uns quatro ou cinco ovinos, se não me falha a memória. Todas essas 43 propriedades foram por nós, pela nossa equipe, interditadas, todas elas estão sendo monitoradas, como monitoradas e rastreadas estão essas propriedades que compraram animais da Euro Zebu, e aquelas que levaram animais para a exposição do Limosan, aquelas dez propriedades que levaram também estão sendo monitoradas, porque embora os animais da Nacional do Limosan não tenham tido contato direto com os animais que vieram do Mato Grosso do Sul, mas eles

estiveram no mesmo recinto, no mesmo Parque de Exposição, onde três, quatro dias antes os animais que vieram do Mato Grosso do Sul por ali transitaram.

E diga-se de passagem, eu não posso dizer os nomes dessas propriedades por uma questão de não prejudicar esses proprietários, mas temos essa lista, está aqui conosco, sabemos de onde vieram os animais, aqui a lista das propriedades que forneceram animais para leilão, e aqui a lista para onde esses animais foram. E em nenhum momento aqui aparece nos animais que deram entrada na Exposição - e o Presidente Hermas, eu mostrei a lista para ele, como posso mostrar para qualquer um de vocês desde que me garantam que não divulgarão os nomes - em nenhum momento aparece aqui no leilão da Euro Zebu animais tendo como origem o Mato Grosso do Sul.

Então, alguém poderia perguntar: mas, então a sociedade rural fraudou as informações?

Então, o leiloeiro fraudou?

O Turquíno quis esconder alguma coisa, o Vesozo... Não, senhores. Não, senhoras, porque é normal, vamos dizer que o Pessuti tenha uma propriedade rural - como de fato tenho os sete alqueires lá em Jardim Alegre - que eu busque lá na fazenda do Antonio Anibelli, em Reserva, cinquenta animais para deixar ali na minha propriedade, tenho uma guia de trânsito de Reserva para Jardim Alegre. Dez dias depois, vou à Exposição Euro Zebu, em Londrina, dou entrada nesses animais tendo como origem Jardim Alegre, porque uma outra guia de trânsito eu tenho que ter. O que aconteceu? Desde fevereiro os animais chegaram do Mato Grosso do Sul e vieram para a Fazenda Flor do Café, da família do Turquíno, da família Vesozo, em Bela Vista do Paraíso, e a última carga veio no dia 23 de setembro. E como eu disse para vocês, o Sr. Antônio disse que lá em Japorã, no dia 10, ele já tinha visto animais babando. Será que esses animais vieram doentes de lá? Com certeza não vieram doentes, porque se doentes estivessem, teriam a sintomatologia clínica, poderiam estar babando, estariam com febre, estariam mancando. Não estavam. Mas, e como, se não estavam doentes, poderiam ter trazido o vírus? Lógico que poderiam ter trazido o vírus encubado.

Eu disse para vocês que o vírus fica encubado de dezesseis a vinte dias. Pode ter vindo no casco, pode ter vindo no caminhão que transportou, pode ter vindo na roupa do motorista que trouxe. O fato, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, dessas 43 propriedades terem recebido animais no Mato Grosso do Sul pelo fato desse leilão ter ocorrido estamos inspecionando cerca de setenta propriedades. Diga-se de passagem que em apenas quatro dessas setenta propriedades, de um rebanho aproximado de cinco mil e cem animais, apenas em dezenove desses cinco mil e cem animais identificou-se algum tipo de sintomatologia para febre aftosa, salivação, baba, claudicação (animal mancando), ou febre.

Claudicação, machucadura entre a unha do casco, pode ser uma pedra, pode ser qualquer coisa. E por que

então colocamos essas quatro propriedades como suspeita e esses dezenove animais como suspeitos?

Essas propriedades e esses animais estão dentre aquelas que receberam animais que vieram do Mato Grosso do Sul ou receberam animais que tiveram contato com animais do Mato Grosso do Sul onde temos a febre aftosa. Por que interditamos a exposição de Toledo? Porque soubemos do foco de febre aftosa no dia 10 e a exposição de Toledo foi até o dia 12. Determinamos a interdição da exposição de Toledo, porque dentre os animais da mais alta qualidade que lá estão, inclusive a campeã nelore da Expo Zebu de Uberaba que lá estava, temos lá cinco animais que vieram de Itaquiraí, Mato Grosso do Sul, na área do foco de febre aftosa. Portanto, tínhamos que aguardar esse período de 21 dias, que é a incubação da doença para ver se manifestava-se ou não. E digo a vocês, naquele recinto com 635 animais bovinos, suínos, caprinos e ovinos, nenhum deles, até o dia de hoje, apresentou qualquer sintomatologia de febre aftosa.

Mas lá dentro, tendo cinco animais que vieram da área do foco. Estamos aguardando apenas e tão somente o resultado das amostras que coletamos de diversos animais e que está em Belém do Pará para podermos, se nada for constatado, em termos de análise de sorologia, separação, identificação de vírus, e num outro tipo de exame, no Pró Bang, que analisa a secreção esôfago-faríngea desses animais. Se nenhuma irregularidade for constatada, os animais de Toledo poderão ser liberados para, evidentemente, seguir o seu destino. Quais as medidas que adotamos? Nesse rastreamento, nessa análise, propriedade por propriedade na quinta-feira à tarde, a nossa equipe técnica disse: temos animais suspeitos. Coletamos material. Na sexta-feira de manhã nos reunimos em Curitiba, eu não estava aqui, estava no interior junto com o Deputado José Maria, com o Secretário Scheida, em Uraí e em Ibiporã. O Dr. Nilton, coordenando a reunião, disse: "temos animais suspeitos e a equipe técnica, junto com o Dr. Valmir, do Ministério da Agricultura, temos que avisar o Ministério da Agricultura em Brasília".

Voltei para Curitiba, nos reunimos com o Conesa - Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária, e eles também entenderam que deveríamos agir dessa forma, que não poderíamos esconder nada, absolutamente nada, e que não poderíamos retardar nenhuma informação ao Ministério da Agricultura, sob pena de sermos responsabilizados até criminalmente se alguma coisa pior viesse acontecer depois. Noticiamos o fato ao Governador Requião, que também entendeu dessa forma. Ligamos para o Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, Dr. Gabriel, que entendeu que deveria ser dessa forma. Ligamos para o Ministro Roberto Rodrigues que disse que tinha que ser dessa forma.

Tomamos a decisão de oficializar a informação de que tínhamos quatro propriedades, uma em Amaporã, outra em Loanda, outra em Maringá e outra em Grandes

Rios, onde dezenove animais estavam com características sintomatológicas de febre aftosa.

Convocamos uma entrevista coletiva e ligamos ao Secretário Odacir Klein, do Rio Grande do Sul; ao Secretário Moacir, de Santa Catarina; ao Duarte Nogueira, de São Paulo; ao Wilson Gonçalves, do Mato Grosso do Sul, dizendo a eles da suspeita que tínhamos de febre aftosa. Agimos, portanto, de forma diferente daquela que o Mato Grosso do Sul agiu em relação a nós, porque antes de mandarmos amostra para Belém do Pará para ser analisada, avisamos aos nossos secretários vizinhos para que eles soubessem da suspeita que tínhamos aqui. E por que o material é enviado a Belém do Pará?

Porque a Organização Mundial de Saúde Animal, o Ministério da Agricultura determina que a manipulação de vírus é exclusiva do Ministério da Agricultura e que vírus de febre aftosa, como qualquer outro vírus - mas neste caso, específico de febre aftosa - só pode ser manipulado em laboratórios que estejam dentro de regiões que ainda não estão livres da febre aftosa. Portanto, a nossa região do Paraná, que é livre de febre aftosa, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São Paulo, todos nós, não podemos manipular vírus. Somente lá e foi escolhido Belém do Pará. Poderia ter sido Recife, porque foi em Belém do Pará que se examinou o material oriundo do Mato Grosso do Sul.

Editamos as resoluções todas. Intensificamos, desde o dia 10 de outubro, o serviço de barreira sanitária com Mato Grosso do Sul e os outros estados também fizeram o mesmo em relação a nós. O que está nos preocupando neste momento e tomando o nosso tempo maior, é justamente as restrições que foram feitas por Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, em relação aos produtos do Estado do Paraná.

O Deputado Plauto Miró, alguma coisa já disse a respeito disso, na tribuna da Assembléia.

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, todos eles, ao terem a informação de que tínhamos animais suspeitos, determinaram o bloqueio à entrada de produtos paranaenses. Poderiam e deveriam fazer isso, sim, mas em relação apenas e tão somente aos produtos elencados, aos animais elencados dentro das normas da Organização de Sanidade Animal, a OIE e dentro daquilo que disciplina o Ministério da Agricultura. Não poderiam e não deveriam estabelecer restrições, por exemplo, à entrada do leite em pó, porque não restringimos a entrada do leite em pó se ele vier do Mato Grosso do Sul, porque o leite em pó não traz nenhum risco de trazer junto o vírus, porque ele é submetido, na pasteurização, antes de ser secado, como leite longa vida, o leite pasteurizado, como o queijo pasteurizado, a carne maturada, a carne industrializada.

Todos eles, no processo de industrialização, eliminam qualquer possibilidade de permanência do vírus da febre aftosa. Portanto, nenhuma razão persiste nas restrições de São Paulo e de Santa Catarina, em relação a alguns produtos nossos. Conversamos, já no sábado, com

o Secretário Duarte Nogueira, de São Paulo; com o Moacir, de Santa Catarina; com o Odacir Klein, com o Cristino, lá do Rio de Janeiro.

Não conseguimos ainda falar com o Silas, de Minas Gerais, mas através de correspondência, enviamos um apelo para que eles flexibilizem as suas resoluções, de modo a restringir aquilo que tem que ser restringido e permitir aquilo que tem que ser permitido.

Eu me dou o direito, inclusive, Presidente, de ler aqui o texto do Expediente que firmamos em sintonia com o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária e que enviamos aos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pedindo a eles que liberem.

(Lê):

“GS/0906/05

Curitiba, 24 de outubro de 2005.

Sr. Secretário:

*O Governo do Estado do Paraná, representado pelas Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e Assuntos do Mercosul, em reunião realizada na sede da SEAB, na data de hoje, em conjunto com mais de trinta entidades que compõem o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária - Conesa e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, frente às medidas excessivamente restritivas que estão sendo impostas por alguns estados, diante da constatação de **suspeita** de ocorrência de febre aftosa nos rebanhos bovinos de apenas quatro municípios/propriedades paranaenses, devidamente interditados, solicita dessa instituição que sejam revistas, em caráter de urgência, as medidas impostas com relação ao trânsito de animais, produtos e subprodutos, de forma que continuem apenas aquelas restrições que realmente possuem sustentação técnica compatível com a situação.*

*Nesse sentido, estando a situação sob controle das autoridades sanitárias estaduais, atendendo ao rigor técnico que a situação exige, poderá ser permitido o trânsito das seguintes espécies animais, bem como produtos e subprodutos:*

*a) espécies não suscetíveis à febre aftosa (aves, pintainhos de um dia, ovos férteis e de consumo, eqüídeos, animais de estimação, etc);*

*b) produtos e subprodutos que tenham sido submetidos a tratamentos químicos ou térmicos que inativem o vírus da febre aftosa (leite, produtos lácteos industrializados, carne bovina desossada e maturada);*

*c) carnes e miúdos de aves, “in natura” e derivados industrializados;*

*d) carnes e miúdos de suínos “in natura” e derivados industrializados;*

*e) peles e couros em qualquer fase do processo industrial;*

*f) produtos e subprodutos de origem animal destinados à exportação;*

*g) leite “in natura” destinado diretamente a estabelecimentos industriais de SIF para SIF;*

*h) pescado e alevinos.*

*Diante do exposto, considerando o compromisso do Governo do Paraná em dar total transparência à realidade sanitária estadual, bem como de informar em tempo integral todas as medidas que o caso requer, antecipadamente agradece pela compreensão e o apoio, para que juntos possamos encontrar as soluções que reduzam, no máximo, os prejuízos ao setor agropecuário.*

*Atenciosamente*

*(aa) ORLANDO PESSUTI*

*Vice-Governador*

*NEWTON POHL RIBAS*

*Secretário de Estado da Agricultura e do*

*Abastecimento, em Exercício*

*VIRGÍLIO MOREIRA FILHO*

*Secretário de Estado da Indústria, Comércio*

*e Assuntos do Mercosul*

Diz aqui o texto: nesse sentido, estando a situação sob controle das autoridades sanitárias estaduais, atendendo ao rigor que a situação exige, poderá ser permitido o trânsito da seguinte espécie de animais bem como produto ou subprodutos.

O que pedimos para eles liberarem nas fronteiras, nas barreiras com São Paulo, com Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e vamos fazer isso com os outros estados.

Espécies não suscetíveis à febre aftosa, aves, pintinhos de um dia, ovos férteis e de consumo, equídeos, animais de estimação, etc. Produtos e subprodutos que tenham sido submetidos a tratamentos químicos ou térmicos, que inativa o vírus da febre aftosa. Leite, produtos lactos industrializados, carne bovina desossada e maturada.

Item C: carnes e miúdos de aves *in natura* e derivados industrializados. Carnes e miúdos de suínos *in natura* e derivados industrializados. Peles e couros em qualquer fase de processo industrial. Produtos e subprodutos de origem animal destinados diretamente à exportação. Leite *in natura* destinado diretamente a estabelecimentos industriais de SIF a SIF - de Serviço de Inspeção Federal. Finalmente, pescados e alevinos.

Disse ontem e disse hoje, e me prometeu o Secretário Duarte e quando o Deputado Plauto falava da tribuna, até peço desculpas, eu estava no telefone. Era o Ministro Luis Furlan que me telefonava dizendo das providências que tinham tomado a respeito do assunto, do pedido que fez também, ao Secretário Duarte Nogueira, ao Secretário do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, para que procedam a essa flexibilização que estamos fazendo.

Porque, Deputados e Deputadas que aqui estão, disse ao Secretário Duarte Nogueira: não tem sentido Secretário, V. S. liberar a exportação de carne industrializada, de carne processada do Mato Grosso do Sul, que está com febre aftosa, e não permitir que entremos em São Paulo com o leite em pó, que nenhum risco tem e que é oriundo de um Estado que está apenas com suspeita de

ter febre aftosa. V. S. permite a exportação de carne, pelo Porto de Santos e, não permite a exportação de ovos férteis que nenhum risco representa através do aeroporto de Viracopos.

Eles prometeram que tudo isso estará resolvido, porque no dia de ontem, o Paraná e os seus produtores, sejam indústrias, ou cooperativas, ou produtores diretamente, tiveram que botar fora, porque estragou, porque talhou, como se diz na língua popular do caboclo, cerca de trezentos mil litros de leite que foram jogados fora. Temos hoje, cerca de um milhão de litros de leite na fronteira, esperando autorização para entrar. Temos cerca de um milhão de litros de leite nas propriedades, que não puderam ser coletados. Amanhã nós teremos outro um milhão de litros de leite, que não poderão ser coletados. Estamos aguardando para hoje, ainda, uma solução desse assunto, sobre o qual tratamos diretamente com o Secretário da Ciência e Tecnologia de São Paulo, Dr. Meireles. Falamos diretamente com o Ministro Roberto Rodrigues, duas vezes hoje, por telefone. Falamos duas vezes com o Secretário Gabriel Maciel. Falamos por telefone com o Secretário do Rio de Janeiro, com o Secretário da Agricultura de São Paulo, de Santa Catarina.

Conversamos com o Governador Luiz Henrique, de Santa Catarina. Conversamos com o Governador Germano Vigoto, no Rio Grande do Sul. Tudo isso no viva-voz, com a presença do João Paulo, da Ocepar, do Wilson Tissin, do Sindileite, do Ronei Volp, do Conselho, do Alexandre Jacede, Faep, com a presença da senhorita que representava a Fetaep, cujo o nome não me lembro agora; com a presença do Dr. Ícaro, da Avipar; da presença do Dr. Luis Augusto Fal, da Emater; e evidentemente a presença do Dr. Nilton Ribas, Secretário em exercício da Agricultura e de toda a nossa equipe.

Tratamos disso e agendamos, e nesse instante, agora às 16h00 em Florianópolis, o Secretário da Agricultura, Nilton Ribas; o Secretário da Indústria e Comércio, Virgílio Moreira Filho, que também participou de todas essas reuniões, mais o Superintendente do Ministério da Agricultura, Waldir Covaleski de Souza e o nosso Chefe do Defis, Departamento de Fiscalização, Dr. Felizardo Batista, estão nesse instante em reunião em Santa Catarina com o Secretário Moacir Sopelsa e Odair Klain, do Rio Grande do Sul.

Portanto, Srs. Deputados, acredito que eram as informações que eu tinha que prestar, dizer a vocês, e fazer um apelo: da mesma forma que me tem feito esse apelo o Deputado André Vargas, também pedir a todos que nós não venhamos a polemizar em relação àquele assunto que se tornou polêmico do um milhão e meio de reais que o Governador Requião entendeu que seria melhor destinar para o Estado do Mato Grosso do Sul. É bem que a gente diga que existe uma luta muito grande do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário com vistas à obtenção dos recursos para a defesa agropecuária...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas uma Questão de Ordem se o Secretário da Agricultura permitir.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. já havia pedido a inscrição para fazer os questionamentos. Conforme o Presidente Hermas Brandão já iniciou a inscrição, temos o Deputado André Vargas e V. Exa. Consulto a V. Exa. se é referente à inscrição, teremos o momento certo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não é referente à inscrição, é referente ao um milhão e meio que eu gostaria que o Secretário se ativesse e explicasse melhor essa questão, mas eu teria que questioná-lo.

Então, eu deixo para depois.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Vou tentar explicar agora, e se o Deputado não ficar satisfeito, depois podemos acrescentar mais alguma coisa que ele entender necessário.

A questão dos recursos do Governo Federal em 2003, para os estados, não para o Paraná, mas para os estados do Brasil, praticamente não foram destinados para os estados, porque em defesa agropecuária, o Ministério da Agricultura aplica, até porque em uma equipe que desenvolve tarefas de defesa agropecuária em todo o País, mas em 2003 praticamente nenhum recurso tivemos. Em 2004, quando os recursos foram liberados, e eu agora de momento não sei se o montante, mas ao Paraná caberia talvez alguma coisa ao redor de seiscentos ou setecentos mil reais. E na reunião dos secretários da Agricultura de todo o Brasil, não só nós, o Paraná, mas outros estados, entenderam que ao invés de pegarmos aqueles quinhentos, seiscentos, ou oitocentos mil reais, era melhor que o dinheiro fosse destinado à região Norte, Nordeste do Brasil, onde nós tínhamos um sério problema de sanidade animal, que era o foco da febre aftosa, lá no Pará.

Então, houve este consenso na reunião dos Secretários, e assim agiu o Ministro Roberto Rodrigues. Neste ano nós estamos buscando os recursos novamente para a defesa agropecuária. O Ministro Roberto Rodrigues tem buscado resolver isso; lá atrás foi conversado nessas reuniões, dessas reuniões disse o Ministro Roberto Rodrigues, que encaminhou as suas reivindicações ao Ministro do Planejamento à época, o Mântega, e ao Palocci. E sempre reclamou o Ministro Rodrigues e o Ministro Rosseto de que os recursos não haviam sido liberados, como de fato muitos recursos, inclusive aqui no Estado, alguns recursos que nós temos programado no orçamento não foram liberados para alguns programas que o Estado pretende desenvolver.

No mês de agosto nós, no Rio Grande do Sul, na Expoiner, tivemos uma reunião quando se anunciou que teríamos os recursos, e que o Paraná teria um milhão e

meio de reais, dentro de um rateio proporcional ao rebanho que cada Estado possui. Então, um milhão e meio para o Paraná seria em função do tamanho do rebanho que o Paraná possui.

Montamos o processo, e quando ele foi encaminhado a Brasília, constatou-se que não tínhamos a certidão para liberar os recursos. Por causa de um entendimento da Receita Federal, numa multa aplicada em relação ao Fasep. Coisa que está sendo solucionada.

O que nos disse o Governador: “estamos gastando quanto em saúde agropecuária, Pessuti?” Respondi: gastamos, no ano passado, próximo de 27 milhões. Ele disse: “se você precisar de 1,5 milhão lhe dou, de 3 milhões lhe dou ou se precisar de 10 milhões também dou. Sempre demos o dinheiro.”

É bom que se diga que no ano passado o Governo do Estado contratou cem técnicos para estrutura de defesa agropecuária. Compramos 120 veículos. Informizamos a guia de trânsito animal. Cadastramos toda as propriedades rurais. Implementamos a rastreabilidade através da certificadora da Secretaria da Agricultura. Compramos computadores.

Então, o Governador entendeu que esse recurso, a exemplo do que tínhamos feito no ano passado, porque no ano passado havíamos destinado o recurso para outro Estado. Ele entendeu que era melhor que o recurso fosse para o Mato Grosso do Sul onde a febre aftosa já estava detectada. E poderíamos ter uma proteção ainda maior. Esta é a versão com relação a esses 1,5 milhões de reais.

Nós, da Secretaria da Agricultura, não de hoje, mas do tempo do Brandão, Osmar, Poloni, do Paulo Carneiro, sempre os governos investiram e cuidaram da defesa sanitária animal e vegetal.

Quero também dizer a todos que temos agendado, como tradicionalmente o fazemos, como tradicionalmente fez o Hermas Brandão, o Poloni e o Deni Swartz. Vamos, no dia 28 de manhã para Cascavel, reunir Cascavel, Laranjeiras do Sul, Toledo, Pato Branco e Francisco Beltrão, fazer a reunião de motivação da vacinação. À tarde, em Umuarama, com Campo Mourão. No dia 29, vamos a Paranavaí com Maringá. No dia 31 a Ponta Grossa com Irati, União da Vitória e Guarapuava. À tarde em Londrina, com Apucarana, Ivaiporã, Cornélio Procopio e Jacarezinho. E no dia primeiro, início da campanha de vacinação, na escola de governo, às oito horas, região de Curitiba, litoral e logo em seguida numa propriedade em São José dos Pinhais, iniciando o processo de vacinação.

Entendo que não só nós, os técnicos e os produtores estamos fazendo a nossa parte. Não é hora de criarmos nenhum tipo de polêmica.

Quero dizer não só como Vice-Governador, Secretário da Agricultura, mas como médico-veterinário. Vejo a questão dos recursos não como único fator que possa ter desencadeado o surgimento da febre aftosa aqui ou acolá.

No Paraná, temos apenas suspeita de febre aftosa. No Mato Grosso do Sul já está comprovada. Não acredito que seja apenas e tão somente pela falta de recursos que não liberou. Muitos são os fatores que podem contribuir com um foco de febre aftosa. Muitas vezes uma vacina mal aplicada. O fato de ser um animal jovem que recebeu apenas uma vacinação. Ou um animal de quatro, cinco meses que não recebeu nenhuma dose de vacina. Podem existir maus pecuaristas, como existe gente de má índole em todos os lugares.

Pode existir o trânsito de animais de países uns para os outros, sem que os cuidados necessários sejam tomados.

Eram esses os esclarecimentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e fico à disposição de todos, se necessário, para prestar alguns esclarecimentos adicionais.

## ***Interpeladores***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Primeiro inscrito, Deputado André Vargas.

### ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Queria dar as boas-vindas desta Casa ao nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, Secretário da Agricultura, que fez uma exposição de 45 minutos no sentido de enfrentar esse tema, que deve ser enfrentado sim, com trabalho, com dedicação, como vem sendo feito pelo Paraná, não só por este Governo como pelo Governo anterior, como reconhece o Secretário.

Estamos enfrentando essa polêmica há algum tempo aqui no Estado. Queria fazer algumas questões, mas primeiro uma consideração: logo de início, quando surgiu o foco, o Governador - e não lhe solicitaria se posicionar e constrangê-lo com relação à sua posição, em relação às opiniões do Governador - as opiniões políticas do Governador, ideológicas, a luta política que se trava sob o ponto de vista de saber se de fato o responsável é o Governo Federal ou o Governo Estadual do Mato Grosso do Sul ou o produtor. V. Exa., inclusive, considera que os produtores têm um nível de responsabilidade, sim.

De plano já o Governador atacou o Ministro Roberto Rodrigues dizendo que se ele cuidasse da febre aftosa com a mesma dedicação que cuida das questões da produção de transgênicos do Brasil, certamente não teríamos esse problema. Problema esse que eu reputo como um drama para o Brasil em que há responsabilidade, sim, do Governo Federal, dos governos estaduais, dos produtores e de outros Ministérios que não da Agricultura, da Defesa, por exemplo, na questão das nossas fronteiras.

Enfrentamos uma polêmica, na última semana, também nesta Casa, e fiz uma consideração de que a crise da febre aftosa não deveria servir de luta política entre nós: PMDB, PT, PSDB. Por quê? Porque o vírus não tem

fronteira, como hoje declara, inclusive, o Gabriel, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária.

Surgido o caso do Paraná, fiz aqui no Plenário duas considerações: primeiro, a questão das prestações de contas, de que se tivesse recursos, no ano passado, no ano retrasado, e fiz essa afirmação no debate aqui, o Paraná estava inadimplente com a sua prestação de contas de um convênio de 2002. Estabeleceu-se uma polêmica, protocolei um pedido de informações, vamos receber, mas V. Exa. pode se pronunciar a respeito, como já fez, se havia ou não havia prestação de contas em 2003, 2004 e 2005. Se houve a prestação de contas - V. Exa. estando aqui poderia já nos esclarecer, independente da formalidade.

A segunda questão que eu coloquei foi essa da luta política. Que o risco de fazermos da febre aftosa um instrumento de luta política, visando as eleições de 2006, era que ocorressem focos no Paraná. Um dia depois, nos encontramos no aeroporto, não pudemos conversar mais, tratamos rapidamente de outro assunto, mas também comentava com companheiros meus, do risco que teríamos. Estamos todos preocupados e entristecidos com esse foco no Paraná, seja advindo do Mato Grosso; seja, eventualmente, uma contaminação que possa estar ocorrendo oriunda do Mato Grosso do Sul, mas que possa estar tomando conta do gado paranaense; seja por conta de problemas na vacina, na qualificação da vacina.

Gostaria que o senhor tecesse alguns comentários em relação a esse controle porque, naturalmente quando o produtor adquire um lote de vacina há uma certificação, e acho que a fiscalização deve correr nesse procedimento porque vistoriar gado por gado ninguém vai fazer esse tipo de trabalho.

V. Exa. também colocou a questão da Feira Euro Zebu, ocorrida em Londrina, de que no período da notificação - 09, 10 - a feira já havia ocorrido, o gado já estava lá instalado. Também fez uma afirmação e gostaria que V. Exa. corrigisse, se estiver errado, porque não entendo, não é minha área, a minha área é de orçamento, analiso o fluxo de recursos para essa ou aquela área. As comissões que participo aqui desta Casa, são dessa ordem. E até fiz esse comentário nos debates que fizemos entre Deputados. Não entendo de vaca, de boi. V. Exa. entende muito bem, e nos esclareceu muito.

V. Exa. considerou que o gado que esteve lá na Euro Zebu, documentalmente não veio de Mato Grosso do Sul e sim, teve a sua fase desde fevereiro na Fazenda Flor do Café em Bela Vista do Paraíso, da família Turquino Vezoso. Família tradicional em Londrina, em função de um casamento no passado, eu sei porque fui office-boy da família, sou amigo do Marcelo, já conversei com ele sobre esse assunto e que esse gado então teria estado por seis, oito meses lá naquela fazenda. E veio para a Euro Zebu. É isso?

Então, vejam, mesmo se houvesse a notificação aquele gado já estava lá.

Estou perguntando como leigo, para alguém que conhece. Como é que nesse período todo, o gado lá

estando, e sendo transportado depois à Euro Zebu, ainda assim, é esse gado ou parte desse gado que compõe essas dezenove rezes que estão constatados com febre aftosa?

Volto a dizer: não peço opinião em relação às opiniões políticas do Governador. Faço ao final, Secretário, um apelo a V. Exa: o Ministro Roberto Rodrigues, apesar de atacado politicamente, fez afirmações elogiosas ao Paraná, dizendo que estava cumprindo as suas funções. O Ministro, como V. Exa, cuida da agricultura, da pecuária do País e o senhor do Estado. E muito bem por sinal. E não faz disputa política eleitoral. O Gabriel, fazendo essa consideração, mesmo havendo relação entre os Estados, queria fazer um apelo e de que o Paraná não devolva os recursos. Como fizemos na época da segurança pública quando também o Secretário de Estado fez um posicionamento que devolveria recursos que eram muito poucos. Nem por isso deixamos de ter problema de segurança pública, um problema tão grave. Como grave é também o momento em que vivemos em relação à febre aftosa.

Então, o apelo deste Deputado, tenho falado com outras lideranças políticas, dos governos Federal e Estadual no sentido de que o Paraná não devolva esses recursos. Por mais que não sejam dos mais relevantes, é direito dos paranaenses, dos produtores rurais, dos nossos pecuaristas que esse dinheiro fique no Paraná, para que possamos, sim, resolver os problemas com maior eficiência ainda do que já se faz. Considerando que há um nível de eficiência grande e já foi considerado nesta Casa.

Obrigado, Pessuti, eram essas as perguntas.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, Deputado André Vargas.

Com referência à questão de recursos, hoje a Gazeta do Povo, se não me falha a memória, traz uma bela reportagem com o Dr. Gabriel Maciel onde ele diz textualmente que os recursos permanecerão no Paraná, não entende necessário remanejá-los e que vai utilizá-los através do Ministério da Agricultura, no trabalho que vai desenvolver na proteção das nossas fronteiras com a Argentina, Paraguai e evidentemente com o Mato Grosso do Sul, misturando-se com o Paraguai em Guaíra. É uma situação que de certa forma está superada. A polêmica que surgiu, na minha opinião desnecessária, mas que acabou surgindo.

Reafirmo mais uma vez, que recursos para a sanidade agropecuária no Paraná nunca faltou à Secretaria da Agricultura, tanto que no ano passado investimos cerca de 27 milhões e neste ano, com toda certeza, deveremos chegar próximos aos trinta milhões de reais do Tesouro Estadual.

Podem perguntar, mas se tivessem mais recursos era importante? Lógico! Se pudéssemos ter, ao invés de 120 unidades veterinárias, termos 399 talvez fosse o ideal, mas aí seria até um exagero. Mas, com toda certeza estamos fazendo dentro de um período de normalidade, dentro daquilo que o OIE estabeleceu para nós e o Ministério da Agricultura nos delegou, com tranquilidade, com

os recursos que temos. É lógico que se recursos tivessem vindo, outros recursos seriam bem-vindos ao Paraná.

Com referência a esse um milhão e meio esclareci o que aconteceu. Era da cabeça do Governador que nós teríamos o melhor resultado - na vontade dele -, caso esse recurso fosse investido no Mato Grosso do Sul, onde o problema existia.

A qualidade da vacina é chegada e testada pelo Ministério da Agricultura, que atesta e libera as partidas de vacina e isso é controlado pelo Sindam, que é o sindicato que controla os produtores de vacina. A nós, da Secretaria da Agricultura, cabe fiscalizar os locais onde essa vacina é comercializada, para verificar se ela está bem guardada, se ela está mantida na temperatura ideal. Como disse V. Exa., não temos como acompanhar a vacinação as 215 mil propriedades rurais, que possuem bovinos no Estado do Paraná. Por isso faz-se amostragens.

Hoje, um repórter da Folha de São Paulo me perguntava: "Por que vocês não fazem, depois da vacinação, coleta de sangue para verificar se a vacina pegou ou não"? Foi mais ou menos assim, usando um termo comum. Não posso fazer isso, sem que o Ministério da Agricultura me determine. Não posso fazer processos de coleta de material para exame sorológico, porque não podemos fazer sorologia. Vamos investigar. Fazemos as reuniões com os conselhos de sanidade agropecuária. Temos 161 conselhos que foram criados à época do Secretário Poloni e participei de muitas reuniões, como Presidente do Bloco Agropecuário da Assembléia, da instalação de conselhos de sanidade agropecuária.

No dia 17, segunda-feira, em uma reunião que tínhamos agendado há dois meses atrás e por que fizemos do dia 17? Porque eram quinze dias antes de iniciar a campanha de vacinação. Tínhamos marcado essa reunião, como tínhamos marcado essas outras seis reuniões regionais, para justamente motivarmos todos para a campanha de vacinação.

No Paraná, não temos ainda o foco de febre aftosa. Nós, muitas vezes, assumimos que temos o foco. Não. O próprio Ministro, na minha opinião, falei com ele: Roberto, ficou meio ruim essa sua afirmação. Não está comprovado, mas temos 90% de certeza, de probabilidade, que vai ser febre aftosa. Ninguém de nós tem certeza: 90% ou 100%. Porque como eu disse, suspeita de febre não significa febre aftosa.

Com referência aos animais do Mato Grosso do Sul que vieram desde fevereiro, sei que é desde fevereiro, porque temos as guias de trânsito de animais informatizadas, então, isso é possível de verificar.

Ontem, durante a reunião que fiz em Maringá, para acalmar as pessoas e esclarecer das providências, lá estava o Turquino, que mostrou todas as suas guias de trânsito de animal. Todas elas carimbadas. Tudo certinho. Ele me afirmou, a exemplo do Édson, que existiam animais em número de 250, que teriam vindo do Mato Grosso do Sul, desde fevereiro até a época do leilão. Nós, da Secretaria da Agricultura, quando fomos rastrear as

propriedades que tinham levado e comprado animais à Euro Zebu, como fomos rastrear a Flor do Café do Turquino, lá encontramos uma guia de trânsito animal, de 41 ou 43 animais, que vieram agora no período de 23 de setembro. Por que identificamos no primeiro momento? Porque como eu disse a V. Exas, fomos verificar os animais vindos do Mato Grosso do Sul, nos sessenta dias anteriores ao 10 de outubro. Todos os animais estão sendo vistoriados desde o dia dez. Todas essas propriedades que receberam animais do Mato Grosso do Sul estão monitoradas, estamos fazendo trabalho agora nas propriedades vizinhas com a nossa equipe, remanejamos os nossos técnicos, montamos barreiras, reforçamos barreiras, compramos equipamentos, compramos produtos de desinfecção, coletamos material, estamos fazendo o “dever de casa” com toda a eficiência e toda a presteza. E pode ter falhas?

Pode. A Folha de São Paulo, hoje, critica-nos pelo fato de termos demorado algumas horas ou um dia para implantar uma barreira lá no município de Amaporã. E eu até disse ao rapaz, quando me telefonou hoje de novo e talvez amanhã esteja mais bravo conosco no jornal do que estava hoje, eu disse a ele: olha, fico triste quando você potencializa uma única falha que tivemos e não promove todos os acertos que a nossa equipe, que os nossos produtores, que o Estado, que o Conselho de Sanidade e Agropecuária fez.

Repito: o Paraná é o único Estado da Federação que tem um Fundo de Desenvolvimento pecuário, que está reunido agora, sob a Presidência do Dr. Ágide Meneghetti, lá na Faep, e lá está o meu Secretário Executivo do Conesa, o Dr. Silmar Bühner, primo do Deputado Francisco Bühner, que está lá nos representando para decidir sobre a aplicação dos recursos que temos, quatorze milhões para bovinos e seis milhões para outras espécies de animais.

É o único Estado que tem as guias de trânsito informatizadas, é o único Estado que tem todo o seu rebanho, todas as propriedades cadastradas. É o único Estado que tem uma certificadora de rastreabilidade. É o único Estado que tem o volume de Conselhos de Sanidade Agropecuária Municipal que tem. Hoje o nosso modelo de guias de trânsito informatizada e da certificadora da Seab é copiado pelo Brasil inteiro - Dr. Gabriel Maciel e o Dr. Roberto Rodrigues nos pediram que cedêssemos esse material.

Deputado André Vargas, com referência à prestação de contas. O Paraná, na gestão do Poloni e do Deni Schwartz, recebia normalmente, naquele período, em torno de quatro a cinco milhões por ano de recursos para a defesa agropecuária. A prestação de contas foi feita no tempo adequado. Portanto, os recursos nós poderíamos, por essa questão da prestação de contas do dinheiro que veio, receber, porque a prestação de contas não estava desaprovada e nem estava aprovada, mas estava em análise aqui pela Superintendência e lá, em Brasília.

Então, por esse detalhe nós não tínhamos impedimento de receber dinheiro do Ministério da Agricultura. E somente agora, há questão de um mês atrás, é que depois de auditorias que foram feitas e de termos que pagar uma multa de sessenta e oito mil reais, porque entendeu o Ministério da Agricultura que na época do Deni Schwartz e do Poloni o dinheiro foi gasto em algumas coisas que não estavam dentro do Plano de Aplicação, o Ministério da Agricultura determinou que devolvêssemos sessenta e oito mil reais e nós devolvemos, para ficarmos em condições de recebermos esse um milhão e meio que, por sugestão do Governador, seria destinado posteriormente ao Mato Grosso do Sul, mas que agora, na palavra do Dr. Gabriel Maciel, ele vai utilizar no próprio Ministério da Agricultura, na fronteira com a Argentina e com o Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passamos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

### ***Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sr. Secretário da Agricultura.

Antes de fazer um questionamento a V. Exa, quero dizer que quem ouviu, viu e assistiu aos movimentos políticos da semana passada, atribuiu a culpa da febre aftosa ao Governo Lula. Essa é a grande verdade, porque o coro foi puxado pelo Governador.

Agora, quando o Governador devolve esse dinheiro, primeiro temos que dizer que ele não tem essa autoridade para devolver o dinheiro, porque o dinheiro não é do Governador, mas o dinheiro é do povo paranaense. E para devolver recursos, ele tem que pedir autorização ao povo paranaense. Então, há uma grande contradição nessa questão.

A semana passada o dono da aftosa no Brasil se chamava Luiz Inácio Lula da Silva, por quê? Porque o Palocci não repassou os recursos aos Estados. Eu acreditei porque eu vi o Governador falando isso, eu vi V. Exa. falando isso, eu ouvi Deputados do seu Partido falando isso, e eu acreditei que teria sido uma falha do Governo Federal. Sinceramente, eu estava convencido disso.

Agora, em um segundo momento, o Governador recebe os recursos, tardiamente, nisso eu concordo, e devolve esses recursos. Aí, diz para nós o seguinte: “Ah, mas se nós tivéssemos mais condições para colocar barreiras, mais veículos, mais fiscalização... Ora, se o dinheiro está aí, porque devolver?”

E eu quero dizer para o senhor o seguinte: o senhor acha correto para o povo paranaense, principalmente para o agropecuarista deste Estado, a devolução desse um milhão e quinhentos?

Acha correta a atitude do Governador?



O SR. ORLANDO PESSUTI

A destinação dos recursos ao Mato Grosso do Sul, eu acho que é uma atitude correta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, o Governador, Sr. Vice-Governador, desculpe-me, o Governador não tem autoridade para destinar recursos para os estados. Quem tem autoridade para destinar recursos para os estados é o Presidente da República, é o Ministro da Agricultura. Eu queria saber de V. Exa: é correta essa atitude?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Valdir Rossoni, solicitaria que V. Exa. fizesse a pergunta. V. Exa. tem dez minutos, e aí o Secretário dará, em seguida, a resposta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, com todo o respeito, eu estou fazendo o questionamento, eu não estou brincando aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

É que nós estamos cronometrando, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, é que o seu cronômetro só está funcionando para o Deputado Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não, são dez minutos para o Deputado André Vargas, para V. Exa. também são dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu estou com três minutos para questionar.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas, V. Exa. fará a pergunta e, em seguida, o Vice-Governador dará a resposta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Por essa razão, dentro dos meus dez minutos, eu tenho todo o direito. Eu estou sentindo que V. Exa. está preocupado em que eu não agrida o Secretário. Quero dizer que o Secretário é meu amigo pessoal, a esposa dele é amiga da minha esposa, de forma nenhuma, vai surgir aqui uma briga. Agora, tem que haver discordâncias de opiniões, questionamentos, porque senão o Pessuti, na verdade o Pessuti é professor!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Embora V. Exa. esteja com uma luva de boxe.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não tenha dúvida disso. O Pessuti é habilidoso, falou quarenta, cinquenta minutos, quando ele sabe que

poderia ter falado tudo o que falou em cinquenta minutos, em vinte minutos. E depois ter sido questionado para complementar as informações.

Mas, meu caro Pessuti, vou tratá-lo de amigo para não preocupar o Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Meu caro Pessuti, o senhor acha correta a atitude do Governador em devolver os recursos que foram destinados ao Paraná?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu acho correto que esse um milhão e meio fosse repassado ao Mato Grosso do Sul para que ele tivesse um recurso maior para desenvolver suas atividades de defesa agropecuária, até porque em momento algum o Governador Roberto Requião disse que deixaria de repassar esse um milhão e meio a nós do Tesouro Estadual, fosse um milhão e meio, três milhões, seis milhões, dez milhões.

Portanto, em nenhum momento faltará recursos ao trabalho de defesa sanitária animal da responsabilidade nossa. E digo, Deputado Rossoni, nós não estamos devolvendo nenhum recurso, porque o recurso não veio ao Estado do Paraná, ainda. O recurso está sendo tramitado em Brasília, nem ao Ministério da Agricultura, acredito, o recurso chegou ainda, não tenho essa informação. O Governador Requião fez uma sugestão de que o recurso que seria destinado e melhor aplicado no Mato Grosso do Sul, porque da parte dele aqui no Paraná, ele garantiria todos os recursos que se fizessem necessários ao serviço de defesa agropecuária do nosso Estado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, nós não vamos mais, Pessuti, poder ouvir lamentações de que falta recursos, porque o Governador tomou essa decisão. De forma nenhuma se esse problema da aftosa vier a se avolumar a nível de Estado, não poderemos mais ouvir pronunciamentos acusando o Governo Federal.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. também, muito habilmente coloca situações que não estamos colocando. Eu disse que dentro das situações de normalidade, do trabalho de normalidade, da Secretaria da Agricultura, da defesa animal e vegetal, os recursos a nós disponibilizados atende plenamente aquilo que é exigência da Organização Internacional de Pisoteasses e Organização Mundial de Saúde Animal e aquilo que são determinações do Ministério que devemos fazer.

Numa situação de catástrofe, caso tenhamos o foco de febre aftosa, é lógico que vamos ter que mobilizar técnicos de outras secretarias, de municípios, de sindicatos. Vamos ter que fazer uma operação específica diferenci-

ada. E aí os recursos não serão esses que tradicionalmente nós investimos.

Inclusive, Deputado Rossoni, se for necessário sacrificar animais, o Governo Federal, como a exemplo faz o caso do Mato Grosso do Sul, certamente haverá de destinar recursos para indenização dos produtores tanto daqueles que cujos animais venham a ter que ser sacrificados, como no caso do Mato Grosso do Sul, onde estão sendo destinados seis milhões de reais para indenizar pequenos produtores de leite naquele Estado, que deixaram de entregar a sua produção.

Numa situação de normalidade os recursos que temos são suficientes; E o Governo disse: esse um milhão e meio que ainda temos que assinar o convênio, tem que ser publicado, tem que buscar a certidão, tem que liberar da Fazenda, tem que ir para lá e para cá, eu ligo para o Eron Arzua e ele em dez minutos coloca na sua conta. Quer dizer: então não é problema do um milhão e meio.

Por isso que disse desde o começo, não vamos polemizar em cima daquilo que não precisa ser polemizado. Se o Governador polemizou em determinado momento, no entendimento de alguns, eu pessoalmente não entendo dessa forma. Entendo que a exemplo do que fizemos no ano passado, todos os secretários que abrimos mão dos recursos em favor do Norte e do Nordeste.

O Governador desta vez optou em sugerir ao Presidente Lula, ao Ministro Roberto Rodrigues que os recursos fossem aplicados no Mato Grosso do Sul, onde um problema mais grave naquele momento, e ainda hoje muito mais grave que no Paraná, estava acontecendo e ainda está acontecendo.

Então, quando digo que esse um milhão e meio do Governo Federal, se aplicado no Mato Grosso do Sul poderá nos ajudar e aos produtores do Paraná, faço isso com a consciência tranqüila, porque sei que o Tesouro do Estado não nos faltará recursos para o trabalho do dia-a-dia e para os trabalhos que temos pela frente, até o final deste ano.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de fazer uma colocação quanto à feira de Londrina. Ouvi a sua entrevista ontem na CBN. Essa questão da feira de Londrina, porque corre o boato de que o foco passou....

O SR. ORLANDO PESSUTI

Os animais suspeitos. O foco não. Não temos o foco ainda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Os animais suspeitos, segundo o que escutamos, teriam passado pela feira de Londrina. A fiscalização da feira de Londrina cabe a quem?

O SR. ORLANDO PESSUTI

A Secretaria da Agricultura.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Foram tomadas todas as...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Todos os animais foram inspecionados na entrada, no ingresso. Tanto que tenho a relação de todos que levaram animais, quantos animais levaram, de quais cidades eles procediam, tenho relatório da equipe de médicos veterinários que atenderam a exposição em Londrina, como de todas as exposições, rodeios, leilões que acontecem no Estado do Paraná se tem um relatório a esse respeito.

Todos os animais que lá chegaram estavam em perfeitas condições de saúde, tanto na entrada quanto na saída do recinto. Como disse, eles poderiam estar com a doença incubada dentro do organismo e a levaram para as propriedades onde foram.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quantos dias nós levaremos para chegar à conclusão dos exames que foram encaminhados e que V. Exa. falou?

O SR. ORLANDO PESSUTI

O Dr. Gabriel Maciel nos assegurou que hoje à tarde, amanhã e no mais tardar, quarta-feira, terá um resultado oficial do laboratório do Ministério da Agricultura de Belém do Pará.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Se positivo ou negativo?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Se positivo ou negativo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

**Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Vice-Governador, Secretário da Agricultura, Pessuti.

Hoje eu escutei o Governador do Estado do Paraná dando entrevista em rádios do interior (não ele pessoalmente, mas a Secretaria da Comunicação Social gravou e passou o discurso dele). Foi interessante uma das coisas que ele falou, criticando o Presidente Lula pelo problema da febre aftosa no Brasil e dizendo que essa mixaria de um milhão e meio de reais que ele estava querendo passar para o Paraná, poderia destinar para outro Estado, porque aqui no Paraná, as vacas que são premiadas nas exposi-

ções tem valor maior do que um milhão e meio de reais. Que vaquinha o Governador viu nesse valor, não é?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Lá na Exposição de Toledo tem a campeã nacional da Nelore, que está lá, retida e o Deputado Abelardo Lupion me disse que ela vale mais do que um milhão.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Mas alguém pagou?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Ele me disse que ela vale e eu acredito na opinião, sobre valor de animal, do Deputado Abelardo Lupion.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Então o Governador está bem informado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

E por sinal eu quero agradecer ao Deputado Abelardo Lupion, com o qual nós podemos ter divergências de opinião, mas é um amigo pessoal que temos, que, na sexta-feira e nos sábado, por diversos momentos, esteve pessoalmente na Secretaria da Agricultura, em nome dos Deputados Federais, buscando construir soluções para o problema que estávamos enfrentando naquele momento, e agora.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

A pergunta que eu quero lhe fazer, Pessuti, é o que eu levo de informação às pessoas que estão me procurando. São prefeitos, vereadores, produtores de leite que têm os seus caminhões detidos na barreira com o Estado de São Paulo.

É isso o que eu pergunto.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço a pergunta. Estão aqui as cópias dos ofícios que nós fizemos ao Secretário Klein, do Rio Grande do Sul; ao Moacir Sophelsa, de Santa Catarina; ao Secretário Duarte Nogueira, do Estado de São Paulo; ao Secretário Cristino Áureo, do Rio de Janeiro; ao Secretário Ricardo Ferraço, do Espírito Santo e ao Secretário Silas Brasileiro, de Minas Gerais, para que flexibilizem, naqueles itens que mencionamos, inclusive do leite "*in natura*", porque não existe nenhuma proibição, nenhuma norma técnica, nem da OIE, nem do Ministério da Agricultura que impeça o trânsito de leite industrializado, carne industrializada de um Estado para outro, mesmo em situações como a do Mato Grosso do Sul e mesmo nessa nossa, do Paraná. É lógico que estamos discutindo com o Secretário Duarte Nogueira e com o Secretário Sophelsa, a implantação de corredores sanitários.

Por exemplo: com o Estado de São Paulo, nós deveremos ter umas cinquenta entradas. Nós temos, com o Estado de São Paulo, doze, treze barreiras de defesa agropecuária. Estamos discutindo com eles, para implan-

tarmos quatro corredores sanitários, por onde deverão entrar esses produtos: Itararé, para auxiliar a região dos Campos Gerais. Sengés com Itararé, Jacarezinho com Ourinhos, Sertãoópolis com Assis, Porto Charles-Nalfal e Santo Inácio com Presidente Prudente. Criaríamos quatro corredores sanitários e ali montaríamos toda uma estrutura, em parceria São Paulo e Estado do Paraná, como poderíamos fazer o mesmo com Santa Catarina, na 101 em Garuva; em Mafra, na 101 em Garuva; em Mafra-Rio Negro; em General Carneiro, na 153. E, em outra localidade, próximo a Pato Branco, na direção de São Lourenço do Oeste, criaríamos corredores sanitários com Santa Catarina e com São Paulo, por onde deveriam transitar essas cargas que têm que ser vistoriadas e inspecionadas.

Eu digo a V. Exa. que aguardo, também, ansiosamente a resolução do Duarte Nogueira para hoje, ainda. Mas, afirmou-me o Duarte Nogueira, se não hoje, amanhã esses itens que eu li a V. Exa., estão liberados, para ingressar em São Paulo. Porque que disse a ele mais uma vez e, até fiz um apelo: Olha, Secretário Duarte Nogueira, V. Exa. que como eu em formação em Ciências Agrárias, eu sou médico veterinário, e V. Exa. é engenheiro agrônomo, V. Sa. há de convir que se liberar a carne do Mato Grosso do Sul, que tem febre aftosa e permitiu que a exporte pelo Porto de Santos, V. Sa. não pode interditar o leite em pó. Não pode interditar o caminhão da Batavo, que é uma das regiões mais eficientes que tem Inspeção Federal na origem. Que tem o rebanho livre, não só de febre aftosa, mas de tuberculose e brucelose, e cujo produto sai daqui com lacre SIF e vai para a Colaço, para Malibu, em São Paulo, onde também são empresas que têm SIF.

Quer dizer, não pode, aí não é mais barreira. Aí são restrições. Não são mais restrições: é retalhação. Isso ele me disse no dia de hoje. Aguardo até o final da tarde, que isso possa ser resolvido. Pedi o apoio do Ministro Roberto Rodrigues, o apoio do Dr. Gabriel Maciel, o apoio do Ministro Fulan, que me retornou a ligação ainda há pouco. Conversei com o Dr. Meirelles, Secretário da Ciência e Tecnologia, com o Governador Vigoto, com o Governador Luiz Henrique; são meus amigos pessoais, felizmente tenho o privilégio de ser amigo pessoal de ambos, conversei com o Secretário do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Rio de Janeiro e, ainda à tarde pretendo falar com o de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Olha, Secretário Orlando Pessuti o problema que é a febre aftosa para o Brasil, que atinge diretamente o setor produtivo, espero que se consiga resolver o mais rápido possível, para que nós não tenhamos - aqui eu falo da região que eu represento - o sério prejuízo para a economia dos Campos Gerais, em especial para aqueles produtores, uma boa parcela holandeses, que fazem parte daquela bacia leiteira, que é modelo para o Brasil. Está ali a maior produtividade de leite tirada de gado bovino.

Então, espero que isso possa se resolver. Peço, se conseguirem a solução, comunicar-me para que eu possa informar àqueles que me procuram.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Ligarei imediatamente a V. Exa., sem sombra de dúvida.

## ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA (**Pela Ordem**)

Queria comunicar o meu companheiro de Partido, também o nosso Vice-Governador e Secretário da Agricultura, dizer que foi muito importante a sua presença nesta Casa para elucidar as nossas dúvidas e, também, fazer um relato fundamental em relação à questão da febre aftosa.

Eu trouxe aqui, a semana passada, o assunto à Casa, porque entendo que embora também não seja uma especialista em vacas e bois, nós temos que ter a responsabilidade, todos nós aqui, para trazermos todos aqueles assuntos que são importantes para o nosso Estado, e importante para o Brasil.

Fiz um pronunciamento Secretário, que está gravado e depois gostaria de passar para o senhor as notas taquigráficas, em nenhuma das minhas afirmações foi sem pesquisar, ouvi a fala e o pronunciamento do Governador, os de V. Exa. e, também as informações passadas pelo Dr. Nilton Ribas, para que nós tivéssemos o cuidado de não passarmos informações que não pudessem ser absolutamente verdadeiras, não porque eu sou da Bancada do Apoio ao Governo, do PMDB, mas fundamentalmente, porque sou uma Deputada e aqui eu tenho que fazer afirmações ou colocações, que saiba do que estou falando.

Quero deixar claro, faço questão de deixar consignado aqui, que a nossa preocupação e dos outros companheiros que fizeram falas em relação a esse assunto, não senti que foi polêmica política e nem disputa eleitoral, não senti, absolutamente. E foi colocado isso aqui pelo Deputado André Vargas, e também por V. Exa. feito esse apelo. Eu queria dizer que não senti dessa forma aqui na Casa. O que eu percebi é que no primeiro momento nem os Ministros estavam se entendendo, o Ministro da Agricultura dizendo que faltou recursos, e cobrando recursos da Fazenda que lhe era de direito, os cento e sessenta e nove, ou cento e cinquenta e nove milhões, faltavam setenta e seis, ou setenta e cinco milhões, não me lembro agora...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Setenta e oito, parece.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Por aí. E o Ministro Palocci dizendo que não tinha absolutamente faltado recursos. Então, se nem os Minis-

tros estavam se entendendo, o que eu percebi, e aí sim reafirmo aqui, era uma confusão inicial, que deve ser natural, porque diante de um desastre como esse as pessoas, até que assente a poeira, vamos buscar realmente as informações, gerou aquele desconforto. Mas aqui foi colocado por mim de que o Governo Federal, na minha avaliação, estava querendo acobertar uma responsabilidade que também tinha, e que também tem, na minha avaliação, continuo com a mesma posição. E que estava parecendo que a responsabilidade estava sendo colocada para os pecuaristas, o Paraguai e os governos dos estados.

Reafirmo aqui que naquele momento, e ainda agora, eu sinto isso. Então, por que eu estou falando isso aqui? Porque na fala de V. Exa. fiquei um pouco confusa se é isso mesmo, porque não foi nessa mesma direção.

Então, se aqui eu sou representante do Governo, aliada do Governo, e companheira do projeto de Governo Roberto Requião. Fico numa situação meio delicada na Casa, porque não entendo que o Sr. Antônio, lá da Fazenda Japorã, da Fazenda Santo Antônio, seja também responsável por essa questão.

O SR. ORLANDO PESSUTI

É um dos responsáveis.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Mas em parceria. É um conjunto de questões que levou a isso, não vamos isentar o Governo Federal da sua responsabilidade, e dizer que não veio recursos para os estados porque os estados não prestaram contas.

Não foi essa a informação que eu tive. A informação é que o Governo passado mandou de quatro a seis milhões para o Estado do Paraná, e que o Governo, informação do Dr. Nilton Ribas, e que estava na nossa página, e que neste Governo não teria vindo nem um centavo, só agora esse um milhão e meio por conta do que o senhor explicou, agora eu entendi melhor essa questão do um milhão e meio.

Então, acho que é importante que eu reafirme aqui que quando fazemos uma manifestação, ela é baseada em informações que recebo do Governo que represento.

Isso posto, queria dizer que o senhor tocou num assunto que eu também fiz na minha fala, e que acho importante, que é a preocupação com o que pode ser aí o nosso segundo grande desastre, que até a questão da febre aviária. V. Exa. esclarece com muita propriedade que já estão tomando providências no sentido de tomar algumas medidas para que não aconteça o que está acontecendo com a febre aftosa.

Mas, considerando que no Estado do Paraná nós temos um histórico, uma cultura de experiência em relação à febre aftosa, não fosse assim os nossos técnicos teriam sido convocados para participar da Comissão Nacional, Comitê Nacional da febre aftosa, de combate à febre aftosa. A pergunta é a seguinte: nós não temos aqui no Paraná, nem no Brasil, acumulada essa experiência em relação à febre aviária, como é que, se acontecer amanhã,

porque isso é da noite para o dia, se acontecer amanhã um desastre como este, como é que o Paraná está se armando? E não basta o Paraná.

Como o Brasil está se preparando para esse grande perigo que estamos vivendo? Porque não bastou o Estado do Paraná ser livre da febre aftosa se o Brasil não estiver trabalhando na mesma direção. O esforço do Paraná acaba sendo prejudicado.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Não existe nenhum conflito entre aquilo que V. Exa. disse e aquilo que o Secretário Newton Pohl Ribas informou para V. Exa.

A falta dos recursos é um dos fatores integrantes das causas que faz surgir doenças. Mas também a falta de recursos nos estados é um componente, e disse que no Paraná não temos deixado faltar esses recursos. Talvez não aquela importância que todos queríamos. Mas aquilo que estamos investindo e fazendo, está dentro daquilo que o Ministério da Agricultura determina a nós e aquilo que a Organização Internacional de Saúde Animal exige.

Se o produtor não está vacinando correto também é uma das razões. Muitas são as razões que levam ao surgimento da febre aftosa. Animais que podem ter vindo sabe lá Deus de onde. É sabido que ainda têm produtores que, muitas vezes, graças a Deus não são todos, um número mínimo que comprem a vacina e jogam fora. Quando pegamos essas pessoas, são severamente punidas, multadas.

Temos os bezerros que nasceram em junho, julho, agosto e setembro que não foram vacinados nem uma vez, porque a última vacinação foi em maio. Temos uns animais que só foram vacinados uma única vez.

Aqui no Paraná a suspeita está em propriedades que receberam animais do Mato Grosso do Sul. Estamos num período de pós-vacinação. Estamos num período em que a imunidade do nosso rebanho já está baixa.

São muitos os fatores. O próprio Deputado André Vargas disse que temos falhas. Temos! Aqui no Paraná também temos as nossas falhas. A Folha de São Paulo mostrou uma falha que tivemos. Uma barreira que deveria ter sido feita no sábado e acabou sendo feita no domingo. Foi uma falha e temos que reconhecer. Mas, uma no meio de tantos acertos. Espero que desta falha não tenha um mal maior.

A vacina é de ótima qualidade, mas não é 100%. Ele é 99% de eficiência. Todo esse conjunto faz com que falhas existam.

Sabemos que todos os governos têm que investir mais recursos na sanidade agropecuária. Eu, pessoalmente, disse ao Presidente Lula: vamos fazer com que os recursos para sanidade agropecuária sejam liberados, porque precisamos desses recursos para defender o nosso país.

V. Exa. fala da gripe aviária, eu mostro mais uma vez aqui: a gripe aviária - está aqui a pandemia do medo. O boi nós ainda seguramos com cerca; o boi nós ainda

seguramos com o rio, muitas vezes, que é um rio muito grande e ele não consegue a nado atravessar. O pássaro, a ave nós não seguramos, a ave migratória anda continentes. Então, a gripe aviária é de muito mais risco do que a febre aftosa porque ela pode atacar o ser humano. Ela é muito mais terrível se chegar até nós, porque o Paraná é o maior produtor de frangos deste país.

Nós estamos com um grupo de trabalho, esforçando-se para criar esse circuito de sanidade avícola no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na semana passada, estivemos reunidos com o professor Iwess Guimarães, da Universidade de Londrina. Estivemos na Universidade de Maringá e na Universidade Oeste para que a Unioeste da Cascavel, a UEM de Maringá e também a UEL de Londrina possam ter laboratórios de referência em sanidade avícola para enfrentarmos essa situação. Estamos criando forças-tarefas, como já temos na febre aftosa, através do Gease, que é um grupo especial que temos para situações emergenciais, estamos criando para sanidade avícola.

A partir de amanhã, em Brasília, acontece o Congresso da União Brasileira da Avicultura e, no próximo dia 27, quinta-feira, com a presença do Ministro Roberto Rodrigues e dos Secretários da Agricultura do Brasil, vamos discutir a questão da gripe aviária e montarmos as ações e estratégias que precisam ser montadas. Acredito que é uma preocupação do Governo Federal, porque nós estamos vendo acontecer coisas que não imaginávamos que pudessem acontecer.

Temos 52 anos de idade, nasci no meio rural, e nunca imaginei que na minha vida pudesse ver uma cena como esta: "peixe morrendo por falta de água em rio na Amazônia!" Está aqui na Revista Veja desta semana. Peixes morrendo aos milhares, aos milhões e aí, evidentemente, a culpa nem nossa talvez seja, talvez daqueles que desmataram a Amazônia, mas é culpa também daquilo que nos Estados Unidos está acontecendo, na Europa - o aquecimento global, o aquecimento do pacífico que está levando a termos seca na Amazônia, peixe morrendo por falta d'água nos rios da Amazônia.

Eu vi, hoje, Santarém não conseguindo movimentar os navios. Os barcos do Porto de Santarém não conseguiam sair porque o rio não oferecia condições de navegação. Estou vendo seca na Amazônia e inundação na caatinga do Nordeste ou em algumas regiões do Nordeste. Quer dizer, são situações para as quais nós não estávamos talvez preparados. Confesso que a gripe aviária me preocupa muito, mas muito mesmo.

Preocupa-me muito a questão da febre aftosa no Mato Grosso do Sul e a possibilidade dela chegar ao Paraná, mas me preocupa muito mais a febre aftosa em relação à suinocultura aí também somos grandes produtores, grandes exportadores e os nossos suínos não são vacinados contra a febre aftosa. Se nós tivermos aftosa na suinocultura aí sim o prejuízo será muito mais terrível do que na pecuária de corte, porque na pecuária de corte nós somos o sétimo ou oitavo rebanho do Brasil.

É importante para nós que a aftosa não exista na pecuária de corte? Lógico.

Que não exista na pecuária de leite?

Lógico. Mas ela será muito mais terrível se alcançar a suinocultura e muito mais terrível ainda para o Paraná e para o Brasil será a gripe aviária porque eu repito: o vírus não respeita barreiras; não respeita fronteiras; ele vai pelo vento; vai pela água; vai na bota e na roupa de um peão ou de um veterinário ou de uma pessoa que visita um local contaminado; vai de todas as maneiras que pode ir; ele vai na asa da garça branca que anda no meio do capim que está contaminado pela baba com vírus. Essa garça ou anu preto que vai comer o carrapato do boi leva a febre aftosa a dez, vinte, cinquenta quilômetros, agora, no caso da gripe aviária, se o boi seguro com laço, seguro com a cerca, se o boi seguro com a barreira, porque seguro o caminhão, os pássaros eu não tenho como segurá-lo se eles quiserem adentrar em qualquer lugar desse território a não ser que coloquemos redes e armadilhas em todos os lugares deste país.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Queria agradecer as informações e dizer que pelo menos num momento inicial, percebo uma mudança nos discursos, inclusive daqueles que queriam isentar ou excluir o Governo Federal da responsabilidade. Isso não é, todos nós temos a responsabilidade, os estados, os pecuaristas, mas também fundamentalmente aqueles que são responsáveis pela questão da saúde animal.

Acho que infelizmente, em alguns momentos na vida nacional e internacional é do caos que emergem novas idéias, novas propostas. Era isso, muito obrigada.

Queria dizer ao Deputado André Vargas que passou por mim e disse que estamos “pagando mico”, que eu não sinto absolutamente que esta Deputada “pagou mico”. Trouxe aqui informações e reafirmo informações da Secretaria da Agricultura, informações do Governo do Estado, informações que V. Exa. confirma como corretas, portanto o resto é meninice, é tentativa de ir para um confronto. Esse sim, desrespeitoso e político-ideológico.

Costumo dizer as coisas ao microfone não passando e cochichando às costas de Deputados ou Deputadas.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Quero reafirmar à Deputada Elza Correia que todas as informações que embasaram o seu pronunciamento e foram fornecidas pelo Secretário Newton Ribas, nós as confirmamos.

Em nenhum momento eu disse que não tínhamos culpa no Paraná, que não tínhamos culpa no Mato Grosso do Sul, nas prefeituras municipais e que não tinha culpa o Governo Federal. Sempre disse que os recursos faltaram.

Em relação à prestação de contas, afirmei aqui que os recursos vieram na gestão Poloni-Deny Schuartz. Foi o último recurso que veio. Que nós poderíamos em 2003 ter recebido, sim, dinheiro, em 2004. Em 2003 não existi-

ram os recursos destinados aos estados. Em 2004 por decisão nossa e de outros estados o valor nós pedimos que fosse remanejado para o Norte e Nordeste. Foi uma decisão nossa, por isso não veio o dinheiro. E o um milhão e meio que viria agora, por vontade do Governador, sugeri que fosse mandado ao Mato Grosso do Sul para reforçar o trabalho lá, porque queríamos que lá fizesse mais e melhor do que se estava fazendo. Tem culpa o Governo Federal pela não liberação dos recursos? É lógico que tem. Temos culpa nós, de repente, de não termos montado a barreira em Amaporã, no tempo que foi determinado pelo Secretário Newton Ribas e por nós enquanto Vice-Governador? Sim, temos culpa na nossa equipe. Mas, temos tantas e tantas virtudes.

O que não quero realmente é polemizar aqui o que não precisa ser polemizado.

Acho, Deputado André Vargas, que em nenhum momento nem a Deputada Elza, nem V. Exa. nem este Secretário, Vice-Governador, estamos aqui “pagando qualquer mico”, como também não está o Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Plauto. Porque todos nós estamos tentando, sem cores partidárias, debater um assunto que é de gravidade nacional. Não é de gravidade só do Paraná. É muito mais grave para o país a febre aftosa que está acontecendo, do que para o próprio Estado do Paraná que não a possui até o presente momento. Porque o que temos até agora são quatro propriedades com suspeita de que possa ter febre aftosa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo inscrito, Deputado Elton Carlos Welter.

**Deputado Elton Carlos Welter (PT)**

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente.

Não quero tomar a paciência do nosso Vice-Governador e aqui já foi questionado de forma oportuna por todos os Deputados...

(interrompido)

O SR. ORLANDO PESSUTI

Permite-me?

Tenho o “Bigode” dizendo aqui que o Secretário Duarte Nogueira, de São Paulo, precisa falar comigo com urgência. Vou pedir a ligação e quem sabe anunciar daqui a pouco alguma novidade. Mas ouço V. Exa.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Na cidade de Toledo, os animais não estão com sintomas positivos.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Afirmar da tribuna que até hoje de manhã, quando conversamos com a nossa equipe, nenhum animal apresentava sintomatologia externa, de febre, salivação ou

claudicação que pudesse insinuar ou recomendar que tivesse febre aftosa.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Acredito que é unânime, nesta Casa, Sr. Presidente, que a responsabilidade com relação à sanidade é solidária. À responsabilidade e o problema são nacional e internacional. Esse é um problema para todos os brasileiros. Não temos que achar culpados. Temos que ir no foco e evitar que o vírus se espalhe.

Sua explanação foi muita técnica e convincente, Sr. Vice-Governador. Tenho a convicção que a União está solidária ao Estado do Paraná e acredito que terão mais recursos na questão emergencial. Para fazermos investimentos teremos que conversar pessoalmente com o ministro. A nossa Bancada está à disposição, para ajudarmos o Estado a sair desse problema. Oxalá, esse foco seja contido, que aliás nem é provado ainda.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não temos foco, Deputado. Temos alguns casos suspeitos.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Exatamente.

Que Deus nos proteja e que ela não se espalhe para os suínos e ovinos, porque isso seria muito negativo para todo País e sem sombra de dúvida principalmente, para o Estado do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Repito, em cima do que disse o Deputado Elton Carlos Welter, permita-me Deputado Ivo, de reafirmar mais uma vez, que estamos monitorando as 43 propriedades que nos sessenta dias anteriores, ao anúncio do foco, no período de 10 de outubro ou 10 de agosto receberam animais do Rio Grande do Sul. Estamos monitorando todas as propriedades, que mandaram animais para o leilão Euro Zebu. Também a todas as propriedades que compraram animais na Euro Zebu. Estamos monitorando todas aquelas propriedades paranaenses, que levaram animais para a Exposição Nacional do Gado Limosan.

Portanto, acredito que nós estamos fazendo o nosso trabalho bem feito. Espero, como todos, que possamos ter a solução o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa quer agradecer ao Vice-Governador Orlando Pessuti, pelas importantes explanações desse tema palpitante e muito atual e que muito preocupa a todos os pecuaristas, às indústrias e às autoridades.

O SR. ORLANDO PESSUTO

Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa. e do Presidente Hermas Brandão, conforme anunciei, o Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Duarte Nogueira, acaba de nos ligar, dizendo que já assinou a

Portaria, atendendo na íntegra a solicitação que fizemos a ele, contida no Ofício. Que já está assinada a Portaria, que já foi para o Diário Oficial e que, a partir da publicação, a partir da meia-noite de hoje para amanhã, todos aqueles itens já poderão ingressar no Estado de São Paulo. E que ele definiu, conforme entendimento nosso e também do Secretário Gabriel Maciel, quatro “corredores” de ingresso desses produtos para o Estado de São Paulo: aqui por Registro/Barra do Turvo, na 116; lá Santo Inácio/Presidente Prudente; Jacarezinho/Ourinhos; Senge/Itararé. Não incluiu ainda a solicitação que fizemos ali de Assis/Porto Chaves, mas não é tão significativo como esses outros quatro.

Então, com São Paulo, aquilo que nós pedimos hoje, como Secretário da Agricultura, em nome da Secretaria da Agricultura, aquilo que assinou o Dr. Virgílio junto conosco e o Nilton, em consonância com o Conesa, está resolvido.

Portanto, Deputado Plauto, a preocupação de V. Exa. já está resolvida, com a preocupação do Deputado Jocelito Canto, que hoje nos telefonou também, junto com o Prefeito Moacir Fábio, de Castro, para esse problema. Era essa a informação: a Portaria está vindo e tão logo a tenhamos, a exemplo do Ofício, vamos entregar cópia a V. Exa. para que conste das notas taquigráficas do dia de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mais uma vez esta Casa agradece as explanações do Secretário e Vice-Governador, Orlando Pessuti.

### ***Horário das Lideranças:***

Passamos ao Horário da Liderança do PPS. Com a palavra o Deputado Ratinho Júnior.

### ***Liderança do PPS: Deputado Ratinho Júnior***

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Pedreiro morre com um tiro no peito antes de votar.

Justamente por causa de um tiro, o pedreiro Adriano José dos Santos Nascimento, um jovem de 22 anos, foi impedido ontem de optar pela permanência ou não da comercialização de armas de fogo no País. A 01h15 de domingo, após trabalhar no sábado, visitar a mãe no começo da noite e sair com amigos para comer um espetinho em um bar, o jovem foi assassinado com um tiro no peito no bairro Joaquina II, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. O motivo: uma simples desavença em um jogo de sinuca no bar.

É apenas um dos oito assassinatos que, no fim de semana do referendo, engrossaram a lista de homicídios

causados por armas de fogo em Curitiba e Região Metropolitana”.

E agora?

O NÃO ganhou! E o que muda com isso?

Na verdade, não muda nada. As quarenta mil pessoas que morrem todos os anos no Brasil vão continuar morrendo, as duas crianças vítimas por armas de fogo, todos os dias continuarão outras crianças sendo vítimas por arma de fogo e o Brasil continuará sendo o campeão no ranking de ser o País mais violento do planeta. E o que o SIM mudaria se tivesse ganhado?

O que estaríamos fazendo, é dando um passo a mais, porque para dar o segundo passo, tem que dar o primeiro. Claro que não seria a única maneira para se resolver o problema da criminalidade, mas era um passo que estaríamos dando. Até porque, seria mais do que isso, um exemplo para a humanidade.

O Brasil já sofre com a imagem no Mundo, de hoje estar com a febre aftosa. O Brasil já sofre no Mundo, por ter uma imagem de um País corrupto - como estamos vendo hoje no Governo e no Congresso Nacional. E poderia ter mudado ou amenizado toda essa imagem ruim que o Brasil tem lá fora, mostrando um avanço da sociedade, da sua civilidade, o avanço da civilidade brasileira. Os senhores imaginem hoje a CNN divulgando para o Mundo inteiro que o nosso País aprovou a continuidade da venda de armas no Brasil, o prejuízo na área do turismo que vamos ter, isso a pequeno e médio prazo!

Mas, o NÃO ganhou e temos que respeitar, até porque quem ganhou com tudo isso foi a população, porque a população brasileira teve, pela primeira vez na sua história, a oportunidade de votar, argumentar e escolher aquilo que ela quer para o seu futuro. Muitos criticam o referendo, e sou extremamente favorável, porque o referendo é a famosa democracia direta, democracia participativa, coisa que nos países de primeiro mundo, principalmente na Europa, isso é feito com frequência: o povo é convocado para opinar naqueles assuntos importantes para a sociedade de um país, de uma nação. O Brasil conseguiu esse ganho.

Lógico que lamentamos a vitória do NÃO com razão, porque trabalhamos para que o SIM ganhasse, mas entendemos que o NÃO foi mais competente no seu marketing de atrelar o SIM ao Governo Federal, coisa que não é verdade, até porque o referendo foi aprovado pelos deputados federais, inclusive Deputados do meu Partido, que é o PPS, que é Oposição ao Governo Lula, mas também foi um voto contrário ao trabalho que está sendo feito hoje pela Segurança Pública do Estado do Paraná. O Estado do Paraná teve aí, muitas pessoas votaram, mostrando para o Governo. E o Governo Estadual agora tem que pensar com muito carinho na questão da segurança que muitos votaram porque não aprovam a política de segurança pública instalada no Estado.

Mas, o que vamos fazer? Não podemos cruzar os braços só porque o NÃO ganhou e deixar que pessoas continuem morrendo. Vamos exigir da Secretaria da

Segurança Pública e do Governo do Estado que continuem implantando o nosso Projeto do Desarmamento, que foi aprovado nesta Casa, que era, sim, um projeto para combater a criminalidade, que é a melhoria e o pagamento por arma ilegal apreendida pelo policial civil e militar. Esse, sim, é para combater a criminalidade já tão discutida pela Base do PMDB, que a grande maioria foi contra, e a favor do NÃO. E também vamos, antes de falar de mais uma atitude que vamos tomar e vamos pedir o apoio de todos os Deputados, gostaria de dar um aparte ao Deputado Stica.

#### **O Sr. Natálio Stica (PT)**

Deputado Ratinho. Primeiro quero parabenizá-lo pela sua luta pelo desarmamento, embora eu tenha votado NÃO e vou dizer porquê. Mas, vejo em V. Exa uma grande vontade de acertar os diversos problemas que temos em nosso País, entre eles, o principal, a falta de segurança. E foi exatamente a falta de segurança, que não vem deste Governo, do meu Governo, do nosso Governo, mas de muitos anos no nosso País. O nosso País nunca parou para discutir com seriedade a questão da segurança e o povo, sabiamente, soube responder, porque de nada adiantaria, talvez em uma tentativa de dar o primeiro passo, mas de nada adiantaria colocar o desarmamento na vontade popular quando sabemos que os marginais continuariam, se fosse ao contrário, andando armados. E ninguém quer deixar a sua família, psicologicamente, pelo menos, sem uma proteção.

Então, foi em uma hora errada esse plebiscito, lamentavelmente em uma hora errada. Eu queria estar discutindo no dia de ontem um plebiscito: se autorizaríamos ou não a Agência Nacional do Petróleo, por exemplo, a fazer leilão das reservas petrolíferas do nosso País em um momento em que o petróleo está indo a setenta dólares e o mundo sabe disso? Essa era a discussão deste momento. A do desarmamento, infelizmente, veio equivocada, em uma hora errada, e está aí o resultado: a população soube dar a resposta. Inclusive, falei daqui publicamente que iria votar no NÃO exatamente porque não temos a mínima condição de discutir com seriedade a questão da falta de segurança no nosso País.

Mas, quero parabenizá-lo. V. Exa. é bastante jovem e certamente com muitos anos pela frente e na política vai ainda ver as mudanças que o nosso País precisa.

#### **O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)**

Obrigado! O Deputado Stica foi o Deputado que votou junto conosco a lei aqui do Estado do Paraná na valorização do policial civil e militar na apreensão de cada arma ilegal feita por eles. Lembro muito desse fato. E talvez o voto que foi o voto da vitória, Deputado Stica, porque ganhamos de 19 a 18 naquela época.

#### **O Sr. Barbosa Neto (PDT) (Aparte)**

Gostaria de cumprimentá-lo e também pela humildade de reconhecer o resultado e pela maturidade que V.



Exa. tem demonstrado nesta Casa. Mas, permita-me aqui, Deputado, dizer que está no site do Governo do Estado que o Governador Roberto Requião vai retomar a campanha do desarmamento no Estado, que é lei, graças à proposição de V. Exa.

Mas, o Secretário Luiz Fernando Delazari, da Segurança, demonstra total desconhecimento da legislação, mesmo sendo um promotor público. Diz ele que a campanha vai continuar enquanto essa lei for revogada pelo Governador Roberto Requião. Só para informar que quem revoga leis é somente esta Casa, nem o Governador tem poder para fazê-lo. É apenas este aparte que gostaríamos de fazer, até para não confundir a opinião pública neste momento.

Cumprimento a V. Exa.

#### O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Obrigado, Deputado Barbosa Neto. Até porque o Governador tem consciência, acreditamos que tenha, da importância da valorização do policial. Sabemos a dificuldade no orçamento do Estado de aumentar o salário dos policiais. Realmente, temos o nosso orçamento restrito. Mas é uma maneira de você valorizar o policial civil e militar, incentivá-lo e prender as armas ilegais, tão combatidas pelo NÃO, que temos que combater os bandidos.

Então, esperamos que a Bancada do PMDB nos ajude, a Bancada aliada nos ajude a manter e a pedir ao Governador que mantenha.

#### O Sr. Augustinho Zucchi (PDT) (Aparte)

Apenas para dizer a V. Exa. que na minha opinião, acho que junto com o resultado do referendo tem muitas outras coisas que fogem da nossa análise superficial.

Vivemos um momento de turbulência na vida pública nacional, um momento de grande dificuldade.

A população, na verdade, não considerou que estávamos votando algo que pudesse acabar ou diminuir com o crime. A população sabe que independentemente do resultado é proibido andar com AR-15. E o pessoal no Rio de Janeiro anda. Para isso não era preciso lei, era só desarmar.

Então, a população fez um julgamento prático da situação com relação à questão de segurança pública.

Na minha opinião, também aliado a isso, houve um reflexo do momento nacional. Acho que foi um voto de protesto, sim, da população brasileira contra aquilo que ela está julgando de errado na nossa sociedade, enfim, nós órgãos públicos, nas entidades políticas, em tudo aquilo que acontece no Brasil.

Na minha opinião, foi apenas essa a situação.

Lá em Pato Branco, 84% da população optou pelo voto NÃO. E tenho certeza absoluta, baseado numa praticidade de que o voto SIM não iria resolver o problema com relação à questão da violência.

Muito obrigado pelo aparte.

#### O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Agradeço os apartes. Mas, só para falar outra medida, Deputado Elio Rusch, o senhor foi defensor do NÃO e quero que o senhor nos apóie. Inclusive o Deputado Bradock foi um dos defensores do NÃO e, por diversas vezes, debatemos. O orçamento do Estado para 2006 está previsto: 1 bilhão, 102 milhões e 527 mil reais para segurança pública. Sendo que 623 milhões será paga pagamento de pessoal; 360 milhões às despesas correntes: água, luz, gasolina; 118 milhões em investimentos. Só que desses 118 milhões, 78 milhões serão para o Detran e 11 milhões para os bombeiros. O que resta para investimento da segurança pública do Estado do Paraná? Então, quero fazer um acordo com a base aliada e a base de oposição. O Governo está gastando, segundo fontes da Oposição e no orçamento, cerca de 140 milhões da Secretaria da Comunicação.

Vamos deixar 30% para a Secretaria da Comunicação, já que é um ano de eleição, o ano que vem ele não vai poder gastar esse orçamento todo, mesmo ficar divulgando essas obras, vamos repassar 70% para a Secretaria da Segurança. Porque o povo votou NÃO, justamente porque fala que não tem segurança. Então, vamos fazer isso, duas medidas. Tenho certeza que o Governador, como votou também no NÃO, ele vai aprovar essa Assembléia por essa medida de estar melhorando o orçamento da Secretaria da Segurança.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Concedo a palavra à Liderança do PDT.

Com a palavra, o Sr. Deputado Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

#### O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando o Governo se desobriga a cumprir o que garante e determina a Constituição, no que tange ao cumprimento da sua função, para guardar e proteger a sociedade, entramos por um caminho enviesado, bastante perigoso.

O Governo tem transferido essa responsabilidade, pelas declarações, e parece, pretende fazê-lo, inclusive, para o próximo ano, quando pretende ampliar a questão da guarda municipal para as prefeituras.

Agora, tomando conhecimento dos recursos que serão “investidos” na questão da segurança pública para o ano de 2006 e esse entre aspas é porque não sobrará praticamente nada para ser investido, preocupam-nos as atitudes isoladas, no afã de tentar colaborar de alguma maneira, para tentar diminuir essa onda crescente de violência.

Em Londrina, nos cinco conjuntos, na zona norte da cidade, o Conselho Comunitário de Segurança, através do seu presidente, Carlos Costa, está propondo uma lote-

ria para premiar os bons policiais, pelos serviços prestados, ao invés de o Governo garantir salário digno e justo, para o policial poder exercer as suas funções.

Vejam, parece até um programa do Silvio Santos, que vai acumulando pontos, para que depois, no final do mês, possa receber o prêmio, mas não é brincadeira. É uma proposta que não desmerecemos, mas que não podemos compreender, porque, segundo a idéia do Sr. Carlos Costa, a intenção é valorizar o policial que trabalha, que cumpre a sua função, exemplarmente. Dependendo da ação do policial, ele vai acumulando pontos. Cada flagrante efetuado vai recebendo um Certificado, para que, com o número que ele possui, possa concorrer, pelo sorteio na Loteria Federal, a um prêmio no final do mês. E, numa segunda fase dessa idéia, ainda haverá os melhores policiais do mês, premiação com eletrodomésticos, aparelhos e outros tipos de prêmios, doados pelos comerciantes.

Será que os comerciantes terão que arcar com mais esse ônus de bancar ou premiar a própria polícia, que deveria receber bons salários, que deveria ter capacitação para poder exercer a sua função. Isso é preocupante. Quando vemos, por exemplo, projetos pululando nesta Casa, na intenção de colaborar com a segurança pública, mas exagerando, sendo inconstitucionais e outros, por exemplo, prevendo a institucionalização do “bico”. O que é o “bico”? É onde o policial possa exercer uma outra atividade que não a de policial militar. Isso é perigoso. Desobrigar o Estado, que já arrecada com tributos, com taxas além da corrupção endêmica, além do dinheiro que é aprovado pelas leis, não chegarem até o policial, vamos ter agora, mais uma nova modalidade de premiar os policiais que bem trabalham.

Esse é o desespero das pessoas que clamam por segurança pública, podendo chegar a esse ponto do exagero, de criar uma loteria, pasmem senhoras e senhores, para premiar os bons policiais.

Que paguem bem, que dêem, o reajuste a esses policiais bravos, que estão a onze anos sem receber uma reposição salarial. Estão sendo ilhados dentro das casernas ou mesmo com viaturas sem condições de rodar dignamente.

Será que nós vamos ter que criar uma loteria para premiar esses bons policiais? Que se tire da publicidade, que se tire do salário dos parentes do Governador, mas que se pague para os policiais que arriscam as suas vidas diariamente para dar condições de segurança, para a nossa população.

A mais nova que nós estamos vendo está acontecendo, em algumas cadeias superlotadas, no Estado do Paraná.

Em Londrina, em dois distritos policiais, que não suportam mais se acotovelarem, além de revezarem para dormir, de revezamento para tomar banho, ou para ir ao banheiro, inventaram uma nova forma de coibir a superlotação, já que o Governo não se mexe. Eles estão, pasmem senhoras e senhores espancando os presos que

ingressam na carceragem para que eles, de tão machucados, de tão feridos, tenham que ser atendidos nos hospitais e não se acumulem, não se acotovelem, como sardinhas, dentro de latas que são as delegacias superlotadas.

No 2º Distrito Policial em Londrina, que tem capacidade para sessenta e quatro presos, duzentos e quinze estão lá. E os presos são espancados. Um dos presos diz: foi a única forma que nós encontramos para não receber mais presos por aqui.

O próprio Juiz Corregedor da Vara de Execuções Penais, Dr. Roberto Ferreira do Vale, disse que não pode fazer nada, nem mesmo ir até à Delegacia para fazer a vistoria, porque sabe que ali é um barril de pólvora preste a explodir.

O Delegado titular, também, não pode fazer nada. Então os hospitais estão enchendo de presos espancados, porque não tem espaço dentro das delegacias.

Esse é o absurdo que nós estamos vendo. E, o que faz o Secretário da Segurança? Nem se digna a vir aqui, como veio o Orlando Pessuti, para falar sobre a questão da aftosa. Só dá pancada em todo mundo que ousa criticar a sua administração.

Em outros tempos, José Tavares, quando foi Secretário, Cândido Martins de Oliveira, Jesu Sarrão, iam lá constatar *in loco* pelo menos a situação que estava. E agora, esse menino maluquinho, que desrespeita o nosso Estado, que desonra inclusive os Deputados que tentam defendê-lo nesta Casa, simplesmente vira as cotas numa desfaçatez descomunal, como nós estamos vendo.

O que fazer? O Juiz da Vara de Execuções Penais diz: Eu não posso nem soltar esses presos, porque são presos que cometeram crimes hediondos: traficantes, homicidas. Mas, eles estão lá sobre condições desumanas. A Constituição garante que pelo menos esses presos teriam direito de cumprir a sua pena com dignidade. Isso não acontece.

Deveremos ter logo, logo, talvez o ano que vem, a inauguração do Centro de Detenção de Londrina, mas já será inaugurado com a capacidade acima daquilo que já está proposto.

Concedo o aparte ao Deputado Bradock.

### **O Sr. Delegado Bradock (PMDB)**

Deputado Barbosa Neto, a questão da população carcerária é devido à questão da polícia carcerária do país, que é caótica.

Assumiu agora, neste semana, o novo Diretor-Geral da Depen. É um procurador aposentado e que diz que a sua principal e, aí entra o Poder Judiciário e o Ministério Público, nas questões da vida carcerária dos presos, que diz respeito a muito desses presos, que eles têm direitos a progressão e regime e que daí se houvesse isso, um mutirão com a OAB, com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, enfim, que o Governo oferecesse advogados da ativa, acho que a população carcerária, nas delegacias pelo menos diminuiriam e muito. Porque têm

muitos presos que estão lá por um furto simples, estão lá há oito, nove meses, e não saem ainda de lá porque não tem um advogado que faça uma petição.

Então, queria só fazer esse aparte a V. Exa. porque não se trata exatamente de segurança isso aqui, embora seja, mas as trata mais da questão da Secretaria de Justiça e do sistema carcerário do Brasil que é caótico.

Obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Eu agradeço o aparte. Nós sabemos que há necessidade realmente de fazer a celeridade, principalmente do julgamento desse processo, não há cadeias para prender tantas pessoas, mas que pelo menos o Governo do Estado pudesse valorizar os seus funcionários, ou até mesmo colocar a guarda externa nos presídios, ou mesmo na cadeias, o que não está acontecendo há muito tempo em nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

PFL. PT.

Com a palavra, Deputado André Vargas.

### ***Liderança do PT: Deputado André Vargas***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria constatar aqui uma alteração de tom do trato com o problema que é um só, que é o problema da febre aftosa. Da última vez vim a este plenário e disse que problema tão grave não deveria ser enfrentado apenas com instrumento de luta política, que era um problema, como disse o Deputado Welter, e coresponsabilidade entre o Governo Federal, Governo Estadual e os produtores.

Ouvi o tom dos discursos e dos ataques, única e exclusivamente ao Presidente Lula, com relação aos problemas ocorridos no Mato Grosso do Sul. Ouvi gente falando, argumentando de que absurdo que o Presidente da República tinha atribuído também aos produtores rurais, aos pecuaristas, parte da responsabilidade. Vi indignação no discurso.

Hoje, o tom está bastante ameno. Lamentavelmente o motivo da mudança de postura é exatamente o fato de ter ocorrido conosco aquilo que nós não gostaríamos que ocorresse. O ex- Deputado Pessuti, Vice-Governador, de forma moderada e equilibrada, e moderação e equilíbrio faz muito bem, disse que havia, sim, responsabilidade dos produtores. Eu não vi nenhuma indignação em relação a isso.

Na oportunidade, dizia que problemas tão sérios como a aftosa não poderiam ser resolvidos com bravata: “Devolvo o dinheiro amanhã”. Por educação, por respeito, não queria constranger o nosso Vice-Governador

que aqui está, o nosso Secretário Orlando Pessuti, com relação à opinião de uma outra pessoa, o Governador.

Mas, ao Governador é preciso dizer, porque o mandato dele é tão nobre e respeitável como o mandato de cada um dos Deputados que aqui estão, fiscalizar o uso do dinheiro e as políticas públicas aqui no Estado do Paraná, é tarefa deste Parlamento, não tem nenhuma restrição e nenhuma interdição com relação ao trato de temas nacionais.

Mas, é estranho a mudança de postura, é estranho observar que o norte da luta política apenas impondo a um Governo, a um grupo de Partidos que sustenta este Governo, ou a outro, um desgaste, sacrificando o bom-senso, sacrificando o verdadeiro trabalho de harmonização na implementação das políticas públicas. Isso, companheiros e companheiras, não se restringe ao trato com a febre aftosa. Vi no passado, no tema pedágio, o discurso no Norte pioneiro, dizendo que a promessa de campanha feita não seria possível ser cumprida porque o Governo Federal e as autoridades federais dizia o Roberto Requião, ele não resolvia os problemas da sua promessa de campanha, porque não tinha apoio da Câmara Federal ou do Governo Federal.

É óbvio que o Presidente Lula, e cada um de nós aqui, não podemos ser responsabilizados pela promessa de campanha que tenha uma impossibilidade prática de ser realizada.

Aliás todas as dificuldades que o Roberto Requião enfrenta ele atribui às outras pessoas. Esse não é o comportamento mais adequado.

Não é porque morre alguém assassinado em Londrina que virei aqui neste plenário dizer que o Roberto Requião é o responsável. Como vieram aqui dizer que é responsável o Presidente Lula, pelo surgimento do foco de febre aftosa.

Mesmo que o Governo do Estado ainda não aplique os 12% na saúde, que virei aqui, dizendo que aquela pessoa morreu e o responsável é o governante. Sabemos que há dificuldade crônica. Que governos não resolvem todos os problemas. Gostaria de contemplar todas as áreas de forma régia, ilimitada, se pudéssemos emitir moeda.

Os discursos fáceis vão surgindo. Lógico que o problema do pedágio não é fácil de se resolver, como também não é fácil de resolver o problema de endividamento histórico deste país, que faz com que o Presidente Lula tenha que honrar contratos, para garantir credibilidade, aumentar as exportações, garantir o fluxo de riquezas e gerar empregos.

Comportamentos oportunistas como do Governador quando ataca o Ministro Roberto Rodrigues, quando atribui a responsabilidade a outros e não a ele próprio pela suas promessas de campanhas, também relacionadas ao seu projeto de 2006.

Chega de palanque! Vamos governar! Problemas sérios existem. Parcerias são necessárias para que o povo

perceba que, de fato, elegendo homens e mulheres sérios, podem ter os seus problemas, no mínimo, atenuados.

O Governo Federal aporta neste Estado meio bilhão de reais para ajudar o Paraná. Cumprindo as suas obrigações, porque os financiamentos devem ser, sim, compartilhados nas diversas esferas. Na área de habitação o Governo Federal praticamente financia 100% do funcionamento da Cohapar. Praticamente todos os recursos da Sanepar têm origem no Governo Federal. Citar só o problema, ser só a dificuldade faz parte da luta política. Não nos negamos a enfrentá-la, mas desde que fique caracterizado qual é o caráter dessa luta política.

Volto ao tema da febre aftosa. É triste! O Vice-Governador relatou parte da conversa que tive com ele ali, quando lhe dizia: “lamento, Pessuti, que o Roberto Requião esteja fazendo política”, no pior sentido da palavra, política eleitoral apenas, porque não dizer politicagem ao falar que vai devolver um milhão e meio, essa ninharia.

Reafirmo aqui que disse: “o Paraná não tinha em 2003, em 2004 e até agosto de 2005 certidão para receber este ou qualquer outro recurso.” Não tinha, porque não prestou contas de recursos de 2002, na época o Secretário Poloni.

Volto a dizer aqui que lhe disse ali: “tomara, Pessuti, infelizmente, eu estava errado, que não venha ocorrer um foco aqui e tenhamos que correr atrás do prejuízo, além do que explicar por que devolver um milhão e meio de reais.”

É pouco, mas nós Deputados, e quero garantir aqui, como disse o Vice-Governador Pessuti, não permitiremos que os paranaenses sejam lesados por um comportamento absolutamente irresponsável, ao negar aos produtores e aos pecuaristas um direito que é seu.

Portanto, mudemos o tom, vamos enfrentar com responsabilidade, com equilíbrio, com sensatez, se é que queremos de fato resolver o problema e não apenas achar culpados e eleger esse ou aquele em 2006.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto à Liderança do PSDB. Liderança do PMDB. Liderança da Oposição. Liderança do Governo.

Com a palavra a Sra. Deputada Elza Correia, por dez minutos.

### ***Liderança do Governo: Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Evidentemente que nós temos que ter todo equilíbrio necessário. Isso é bom para todo mundo.

Entendo, como uma Deputada que faz parte de uma Bancada de quatro mulheres, que há um caldo de cultura em que há uma tentativa por este país afora e aqui não é diferente, por parte de pelo menos um Deputado, de sistematicamente tentar desqualificar, diminuir a fala, a interferência, a intervenção desta Deputada. Isso é visível

e está se tornando cada vez mais visível internamente e extremamente. Isso não é de hoje, é uma pendenga antiga e tem que ser em alguns momentos desconsiderada, mas em alguns momentos, não.

Hoje, fui atacada, não ao microfone, mas às costas, no cochicho, quando fazia o meu pronunciamento. Isso não é uma atitude corajosa, isso não é uma atitude séria de quem se diz Deputado Estadual. Faço aqui uma crítica direta porque não sou mulher de cochicho. O que tenho que dizer, eu digo e direi sempre ao microfone, publicamente. Sorrisinhos antipáticos, piadinhas desnecessárias, tentativas de intimidação, Deputado André Vargas, não funcionam. Não funcionou no passado e não vão funcionar nesta Casa. Portanto, não tente esse instrumento que é característico em V. Exa., que não funcionou em Londrina e não vai funcionar nesta Casa.

Quando V. Exa. veio com esse discurso do tom ameno, da tolerância, do equilíbrio, acho muito bom, porque quem tem gritado histericamente ao microfone não tem sido esta Deputada; quem tem tentado, ganhar no grito, não tem sido esta Deputada.

Portanto, fica aqui consignado que não cheguei até aqui temendo esse tipo de comportamento e não vou, absolutamente, curvar-me a essas tentativas sistemáticas de V. Exa. em desqualificar o mandato desta Deputada. E muitos Deputados aqui já perceberam isso.

Quando eu vim aqui e reafirmei a minha posição em relação a um assunto tão dramático como a febre aftosa, foi por dever de ofício, por responsabilidade. Nós não precisamos ser donos da verdade, técnicos especialistas nos vários assuntos, porque compete a um Deputado se preocupar com as questões fundamentalmente importantes para o Paraná e para a nação brasileira. Isso que tenho tentado fazer aqui, com muita humildade, com muita seriedade.

Não deixarei, em nenhum momento, de cumprir com o meu papel, porque as quatro Deputadas que aqui estão, nenhuma de nós é menos Deputada que os outros Deputados companheiros nossos. Somos aliados, estamos todos no mesmo barco. Portanto, assuntos são assuntos de todos. Querer dizer que determinados assuntos da economia e da política são para alguns iluminados é reafirmar um caldo de cultura que as mulheres têm que discutir apenas determinados assuntos e não os assuntos gerais: de dívida externa globalização, economia política, febre aftosa e seja mais o que for de interesse da nação brasileira.

Queria dizer que tudo o que foi falado aqui, ao contrário do que o Deputado André Vargas cochichou às minhas costas, que eu estava “pagando mico”, ninguém pagou mico aqui, Deputado André Vargas! Porque reafirmo e o nosso Secretário da Agricultura reafirmou que tudo o que disse desta tribuna, era válido.

Num primeiro momento, o discurso da co-responsabilidade que V. Exa. traz hoje não houve! Não houve em nenhum momento.

E V. Exa. também mudou o tom do discurso. Que é bom. Faz parte do processo democrático. Todos nós podemos reavaliar e repensar as colocações que fazemos. Isso, faz parte do processo democrático.

Só virar ali, para o André Vargas, e ver a tentativa de sorrisinhos em me desequilibrar. Não vai conseguir, André Vargas! Não conseguiu ontem, não conseguirá hoje e nem amanhã. Para com isso! Isso é ruim para V. Exa., que é o Presidente do PT no Estado do Paraná. Não é bom, não é saudável.

Queria dizer que essa arrogância, em alguma momento vai se voltar contra V. Exa.

Nesta questão nem os Ministros estavam se entendendo. O Ministro da Agricultura, cobrando recursos e o Ministro da Fazenda dizendo que não faltava recurso. Se num primeiro momento em função da crise, todos ficaram confusos, por que é que neste Parlamento nós não podíamos tecer críticas? Nenhum governo pode ser acrítico. Nem um Deputado ou Deputada pode ser acrítico. O que eu disse aqui é que também o Governo Federal tinha responsabilidade sobre essa questão. E que não adiantava, não era saudável e nem bom ficar dizendo que a culpa era do Paraguai, era dos agricultores, que a culpa era dos governadores e não dele também.

Então, o discurso da co-responsabilidade começa a valer daqui para frente, o que é muito bom, saudável e faz parte do processo democrático.

Portanto, não me sinto nem um pouco à vontade e nem confortável em fazer essa fala aqui. Mas, ela é necessária para acabarmos com isso em caráter definitivo. Foi colocado que o Governo estava em débito, não tinha certidão negativa porque não tinha prestado contas. A informação que tive do Dr. Newton Ribas, e aqui dou a fonte, era de que não correspondia à verdade essa informação, e que o Governo do Estado tinha pedido auditoria de um recurso que tinha recebido no ano 2000, o Governo anterior, que não tinha prestado conta.

Portanto, é preciso tomar cuidado quando fazemos alguma colocação. E esta Deputada não faz nada de informações relativas às questões do Governo sem consultar as fontes, os secretários.

Não sou mulher de fugir da raia quando tenho que voltar à tribuna e dizer: “a informação está errada”. Como já fiz aqui anteriormente em relação a recursos que estavam sendo informados que o investimento da educação não correspondiam à verdade. Houve um equívoco. Mas, é preciso companheiros, que realmente façamos o exercício da solidariedade, do companheirismo, da generosidade, do respeito ao outro, senão fica muito difícil legislar. Tenho sido respeitosa com os companheiros e gostaria que isso acontecesse, em relação ao Deputado André Vargas, para com esta Deputada. Somos adultos, responsáveis, temos compromisso e não fica bem para o Parlamento.

#### **O Sr. André Vargas (PT)**

Um aparte, Deputada?

#### **A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Já cederei.

Não fica bem para esta Casa. Não fica bem para a democracia esse tipo de comportamento. Temos temos e podemos ter divergências em determinadas questões. Sempre que essas divergências acontecerem, não é política, polêmica ideológica e disputa eleitoral. Pode ser, mas não desta Deputada.

Cada um de nós tem aqui um mandato, que é efêmero, transitório e tem um limite de quatro anos e só isso. Tenho procurado ser uma Deputada decente, responsável e conseqüente em minhas atitudes. Ninguém, nem aqui dentro e nem fora daqui, vai me impedir de manifestar a minha opinião e tentar desqualificar o meu trabalho, porque tenho procurado ser responsável e conseqüente e é assim que vou continuar fazendo. Sempre que eu tiver que fazer uma crítica, eu a farei. Ninguém aqui é crítico, nem eu, ou o Presidente Lula, ou o Governador Requião, ou nenhum Governador deste País. Querer ser professor de Deus, também não fica bem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

André Vargas, terminou o meu tempo, mas senti necessidade, neste momento, de fazer esta manifestação, porque as coisas não estão bem. Não seria a Elza Correia se não manifestasse esse sentimento que não me agrada. Não gostaria de voltar a esta tribuna, mas pediria ao companheiro André Vargas, que sempre que tivesse uma crítica a fizesse no microfone e não às minhas costas, cochichando, para tentar o desequilíbrio, com sorrisinhos, como é característica de V. Exa., com a tentativa de desestabilizar esta Deputada. Isso não é saudável.

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Pela Ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Apenas para reafirmar, Sr. Presidente, que em nenhum momento, seja no plenário ou em qualquer lugar, ofendi a Deputada. Aliás, nunca questionei o seu caráter.

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Deputado André, peço a sua compreensão, senão vamos polarizar a discussão. A Deputada estava no seu tempo e não cabe Pela Ordem. Senão, teremos que abrir um espaço, Pela Ordem, para a Deputada Elza. Mas V. Exa. terá a oportunidade amanhã de rebater e questionar, dentro do horário do Partido ou em qualquer horário que V. Exa. solicitar.

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Pela Ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Nenhum Deputado pode ser constrangido e nem ser atacado usando o plenário sem motivo. O fato de um Deputado estar sorrindo ou não, triste ou não, não pode ser questionado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe Pela Ordem. Sou obrigado a cortar, Deputado.

## **Ordem do Dia:**

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, comunicando que o Deputado Luiz Fernando da Silva Litro irá compor a Comissão Especial de Reforma à Constituição, que irá analisar a Proposição nº 040/2005 (Nepotismo). **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, comunicando que o Deputado Luiz Nishimori irá representar a Bancada do PSDB, na composição do Conselho que instituiu o Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, conforme dispõe a Resolução nº 002/2005. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 063/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, sugerindo a instituição de transporte coletivo Sarandi-Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 064/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, sugerindo a inclusão na grade escolar e acadêmica as matéria de Meio Ambiente, Teologia e Política, nas escolas e faculdades públicas do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3288, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a designação de missão oficial para a mesma representar a Assembleia Legislativa, nos dias 1º a 11 de novembro de 2005, na 1ª Missão Empresarial de Maringá a Portugal, conforme roteiro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão / Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 385/2005, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 482/2005, que altera dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), por força do exarado na Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 385/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**

## **D E C R E T A :**

Art. 1º Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10, 13, 25, 26, 29, 33, 78, 79, 81, 84, 87, 90, 100, 111, 112, 114, 123, 128, 130, 135, 136, 137, 156, 159, 163, 169, 176, 203, 218, 219, 221, 240 e 270 da Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, alterada pela Lei nº 14548, de 30 de novembro de 2004, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná passam a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º Este Código dispõe sobre a organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, de Juízes e dos Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.*

*§ 1º ...*

*§ 3º Na constituição e alteração das atribuições e competência do Tribunal de Justiça, de Juízes e dos Serviços Auxiliares, deverão ser observados, além dos princípios previstos nos parágrafos anteriores, os critérios de democratização da gestão e do acesso à Justiça, qualificação permanente, efetivamente e celeridade.*

*Art. 2º ...*

*I - ...*

*II - revogado.*

*III - ...*

*Art. 3º É vedada a convocação ou a designação de Juiz de primeiro grau para exercer cargo ou função no Tribunal de Justiça, ressalvada a substituição de seus integrantes e o auxílio direto ao Presidente do Tribunal de Justiça, dos Vice-Presidentes, do Corregedor-Geral da Justiça e do Corregedor-Adjunto, em matéria administrativa, jurisdicional e correccional, pelo prazo de dois (2) anos, permitida uma recondução.*

*§ 1º ...*

*Art. 4º O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por cento e vinte (120) Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.*

*Art. 5º Os Juízes de última entrância serão promovidos ao cargo de Desembargador pelo Presidente do Tribunal de Justiça nas vagas correspondentes à respectiva classe, por antigüidade e merecimento, alternadamente, observado o disposto no artigo 6º deste Código.*

*§ 1º No caso de antigüidade, apurada na última entrância, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o Juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços (2/3) de seus membros, conforme procedimento próprio e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.*

*§ 2º ...*

*§ 3º Não será promovido o Juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-lo ao cartório sem o devido despacho ou decisão.*

*Art. 6º Um quinto (1/5) dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez (10) anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.*

*§ 1º Sendo ímpar o número de vagas destinadas ao quinto constitucional, uma delas será alterada e sucessivamente preenchida por membro do Ministério Público e por advogados, de tal forma que, também sucessiva e alternadamente, os representantes de uma dessas classes superem os da outra em uma unidade.*

*§ 2º Quando resultar em fração o número de vagas destinadas ao quinto constitucional, corresponderá ela ao número inteiro seguinte.*

*§ 3º Recebidas as indicações, o Tribunal de Justiça formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte (20) dias subseqüentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.*

*Art. 7º Verificada vaga de Desembargador, a ser preenchida por magistrado de carreira, o Presidente do Tribunal de Justiça convocará o órgão competente para o preenchimento do respectivo cargo.*

*Parágrafo único. Se a vaga de Desembargador destinar-se ao quinto constitucional, o Presidente do Tribunal de Justiça oficiará ao órgão de classe a que couber a vaga para os fins do artigo 6º.*

*Art. 8º .....*

*§ 1º O Tribunal de Justiça, pela maioria de seus membros e por votação secreta, elegerá, entre os mais antigos que tenham manifestado a intenção de concorrer, os titulares daqueles cargos de direção, com mandato de dois (02) anos, proibida a reeleição.*

*§ 2º .....*

*Art. 10. O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura*

*e em órgãos fracionários, na forma que dispuserem a lei e o Regimento Interno.*

*Parágrafo único .....*

*Art. 13. O Conselho da Magistratura, do qual são membros natos o Presidente do Tribunal de Justiça, o 1º Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça, compõe-se de mais quatro (4) Desembargadores eleitos.*

*§ 1º .....*

*Art. 17. Revogado.*

*Art. 18. Revogado.*

*Art. 19. Revogado.*

*Art. 20. Revogado.*

*Art. 21. Revogado.*

*Art. 22. Revogado.*

*Art. 23. Revogado.*

*Art. 24. Revogado.*

*Art. 25. ....*

*§ 1º .....*

*I - .....*

*IV - Juiz de Direito de entrância final, titular da vara ou substituto em primeiro e segundo lugar.*

*§ 1º .....*

*§ 3º São Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau os classificados na entrância final, com preenchimento do cargo mediante remoção, observados, alternadamente, os critérios de antigüidade e de merecimento.*

*§ 4º Os Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau, durante a substituição, terão a mesma competência dos membros do Tribunal de Justiça, exceto em matéria administrativa, ficando veiculados aos feitos em que tenham lançado visto como relator ou revisor, e, ainda, se tiverem solicitado vista ou proferido voto, hipótese em que continuarão o julgamento.*

*§ 5º Caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça a designação dos Juízes de Direito Substituto em Segundo Grau.*

*§ 6º Em regime de exceção, decorrente do acúmulo de processos, os Juízes de Direito Substituto em Segundo Grau poderão ser designados para auxiliar no Tribunal de Justiça, caso em que atuarão exclusivamente nos processos acumulados, constantes de relação específica.*

*Art. 26. Vago o cargo de Desembargador ou encontrando-se o titular afastado por trinta (30) dias ou mais, far-se-á a convocação de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau.*

Art. 29. ....

Parágrafo único. ....

I - ....

VI - comprovar, por documento, o exercício de, no mínimo, três (03) anos de atividade jurídica, na forma da lei.

Art. 33. ....

Parágrafo único. Caberá ao substituto, na ausência, mesmo eventual, do Juiz titular, decidir os pedidos cíveis e criminais de natureza urgente e comunicar, incontinenti, o fato ao Corregedor-Geral da Justiça.

Art. 78. Os Desembargadores tomarão posse perante o Tribunal, em sessão plenária, salvo manifestação em contrário do empossando.

§ 1º ....

§ 4º O Departamento da Magistratura manterá registro atualizado das atividades dos Desembargadores, dos Juízes de Direito e dos Juízes Substitutos.

§ 5º ....

Art. 79. O quadro de antigüidade dos Desembargadores, dos Juízes de Direito e dos Juízes Substitutos, composto das listas correspondentes a cada categoria de magistrado, será atualizado anualmente pelo Presidente do Tribunal de Justiça e publicado no Diário de Justiça.

§ 1º ....

Art. 81. ....

§ 1. ....

§ 3º Os Juízes de entrância final receberão noventa por cento (90%) dos vencimentos de Desembargador, e a diferença de uma entrância para outra será de dez por cento (10%).

I - Revogado.

II - Revogado.

§ 4º. ....

§ 6º O Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau que for designado para substituir no Tribunal perceberá, durante o período da designação, a remuneração devida ao substituto, salvo as vantagens de caráter pessoal.

Art. 84. O Presidente do Tribunal de Justiça perceberá, mensalmente, pelo exercício do cargo, gratificação correspondente a vinte e cinco por cento (25%) sobre os vencimentos. O 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor-Geral da Justiça perceberão vinte por cento (20%). O 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor Adjunto perceberão quinze por cento (15%) e os Juízes Diretores do Fórum, farão jus a cinco por cento (5%).

§ 1º ....

§ 2º Quando o substituto tiver que responder cumulativamente por duas ou mais comarcas, ser-lhe-á devida apenas uma gratificação de direção de fórum, quando a tenha nas condições previstas no parágrafo anterior.

Art. 87. A atribuição de diárias aos magistrados é prerrogativa do Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. O afastamento do Presidente do Tribunal de Justiça, dos Vice-Presidentes, do Corregedor-Geral da Justiça e do Corregedor Adjunto, quando no desempenho de suas correspondentes funções, não depende de autorização.

Art. 90. ....

§ 1º A concessão de licença, por prazo superior a trinta (30) dias, assim entendida a prorrogação, dependerá de laudo expedido por junta médica oficial, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, quando se tratar de Desembargador ou de Juiz de primeiro grau.

§ 2º ....

## **Título XI**

Substituição no Tribunal de Justiça e nas Comarcas

### **Capítulo I**

Substituição no Tribunal de Justiça

Art. 100. A substituição no Tribunal de Justiça será efetuada em conformidade com o Regimento Interno.

Art. 111. Ao Tribunal de Justiça, suas Câmaras e Grupos, cabe o tratamento de egrégio, e a todos os magistrados o de excelência.

Art. 112. Os membros do Tribunal de Justiça têm o título de Desembargador e os Magistrados de primeiro grau, o de Juiz de Direito e Juiz Substituto.

Parágrafo único. ....

Art. 114. ....

§ 1º ....

§ 2º Serão instituídos, conforme definição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e por ato de seu Presidente, sistemas de plantões permanentes no Tribunal, nas comarcas de entrância final e naquelas que forem sede de seções judiciárias, para atendimento nos dias em que não houver expediente forense normal.

Art. 123. Denominam-se funcionários da justiça os servidores que constituem o quadro do Tribunal de Justiça, distinguindo-se em:

I - os integrantes dos cargos da Secretaria do Tribunal;

II - ....

### **Capítulo II**

Funcionários da Secretaria do Tribunal de Justiça

Art. 128. O Tribunal de Justiça, constituído de quadro próprio, somente admitirá funcionários mediante concurso público de provas, ou de provas e de títulos, excetuados os cargos em comissão.



*Parágrafo único. O concurso obedecerá ao que dispuser o regimento interno e as normas do regulamento que for elaborado pela Comissão de Concursos e de Promoções do Tribunal de Justiça.*

*Art. 130. A nomeação dos candidatos aprovados será efetivada por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.*

*Art. 135. Os funcionários da Secretaria do Tribunal tomarão posse perante o Secretário.*

*Parágrafo único. ....*

*Art. 136. A Secretaria do Tribunal manterá registro apropriado referente a seus serviços, devendo nele ser anotada toda e qualquer alteração ocorrida na carreira funcional de seus quadros.*

*Art. 137. O regulamento próprio da Secretaria do Tribunal de Justiça disciplinará as atribuições do quadro funcional, levando em conta:*

*I - .....*

*Art. 156. A substituição dos servidores do Tribunal de Justiça far-se-á de acordo com o regulamento próprio.*

*Art. 159. O processo de aposentadoria dos funcionários da Justiça tramitará perante a Secretaria do Tribunal de Justiça, e será efetivada por decreto do Presidente.*

*Art. 163. ....*

*I - .....*

*IV - .....*

*a) .....*

*c) valer-se do cargo ou função para obter proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função.*

*Art. 169. Sempre que houver comprovação de prática de crime de ação penal pública, remeter-se-ão peças ao Ministério Público.*

*Art. 176. A punição dos funcionários da Secretaria do Tribunal será efetivada por ato do Presidente.*

*Art. 203. Sempre que houver comprovação da prática de crime de ação penal pública, remeter-se-ão peças ao Ministério Público.*

*Art. 218. ....*

*§ 1º .....*

*§ 2º Do termo lavrado, remeter-se-ão cópias autenticadas aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e Regional Eleitoral, ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembléia Legislativa, ao Procurador-Geral de Justiça e às Justiças Federal e do Trabalho no Estado.*

*Art. 219. Distribuídos, no ano imediatamente anterior, mais de oitocentos (800) feitos cíveis, não computados nesse número as execuções fiscais e execuções não-embargadas, os pedidos de alvarás, as ações consensuais e as precatórias, ou quatrocentos (400) processos criminais, o Juiz da comarca ou da vara dará conta do ocorrido à Corregedoria-Geral da Justiça, para as providências necessárias à criação de nova unidade judicial, observado o disposto neste Capítulo.*

*Parágrafo único. ....*

*Art. 221. A prestação jurisdicional no Estado é exercida por Desembargadores, Juízes de Direito de entrância final, intermediária e inicial e por Juízes Substitutos nos termos do anexo V.*

*Art. 240. A expedição de certidões não poderá exceder o prazo de vinte e quatro (24) horas, sob pena de responsabilidade do serventuário, do funcionário da justiça ou do agente delegado, ressalvado o caso de comprovado acúmulo de serviço, hipótese em que o Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça ou Juiz competente, conforme a situação, marcarão prazo de até quarenta e oito horas (48) horas excedentes para efetivo atendimento.*

*Art. 270. Ficam extintos, à medida que vagarem, os cargos de Oficial de Justiça criados pelo artigo 70 da Lei Estadual 10219, de 21 de dezembro de 1992, e transformados pela Lei Estadual 11719, de 12 de maio de 1997, nas Comarcas a seguir discriminadas: Goioerê - um (01) cargo; Laranjeiras do Sul - um (01) cargo; Paranaguá - um (01) cargo; Corbélia - um (01) cargo; Morretes - dois (02) cargos; São João do Triunfo - um (01) cargo, e Mandaguari - um (01) cargo."*

*Art. 2º Ficam suprimidos o Título IV e seus Capítulos I, II e III do Livro I, alternados o Título XI e o Capítulo I do Livro II, e o Capítulo II do Título II do Livro IV, e excluída a expressão "Tribunal de Alçada", dos Anexos V e IX do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.*

*Art. 3º Ficam revogados o inciso II do artigo 2º e os artigos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 e os incisos do parágrafo 3º do artigo 81 da Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, alterada pela Lei nº 14548, de 30 de novembro de 2004, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.*

*Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Sala das Comissões, em 19.10.2005  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)  
Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
Será procedida a verificação de votação.  
Srs. Deputados que aprovam, queiram se levantar.  
28 Srs. Deputados aprovam.  
Srs. Deputados que rejeitam, queiram se levantar...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)  
Sr. Presidente, obviamente V. Exa. anunciou 28 Deputados, mas visivelmente não tem. Fiz essa solicitação de verificação, porque hoje é segunda-feira e temos que ter quórum para votação. Temos dois vetos na pauta e, na minha opinião, temos que ter quórum para a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
São 28 Deputados presentes, Deputado Augustinho. V. Exa. poderá...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)  
Se V. Exa. reafirma, está válida a sua palavra.

### 3ª Discussão

**ITEM 02**  
3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que cria o Programa Vida Nova Mulher Mastectomizada e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDMCA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda: **Aprovada**. Projeto: **Aprovado**.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PMR)  
Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. RENATO GAÚCHO (PDT)  
Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
Será realizada a chamada nominal. Solicito ao 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, para que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)  
(**Procede à chamada nominal**)  
Trinta e dois Deputados presentes.

### 2ª Discussão

**ITEM 03**  
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Apoio a Pessoas com Câncer -

GAPC, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Está em discussão o projeto, ressalvado o substitutivo. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em discussão o Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado.**

**ITEM 04**  
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a presença de acompanhantes a enfermos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) dos hospitais, casas de saúde e maternidades no Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ: **Aprovada**.

**ITEM 05**  
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui o Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

**ITEM 06**  
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Consórcio entre Regiões Italianas e os Estados do Paraná e Santa Catarina, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3290, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente, solicitando seu arquivamento. Aprovado.

Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei nº 545/2005.

**ITEM 07**  
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que assegura o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA SUPRESSIVA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**  
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Progesi - Projeto de Gestante e Infância, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 609/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública a Amond - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Menino Deus de Quatro Barras, com sede e foro no município de Quatro Barras. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de setembro de 2005. Resolução nº 003/2004. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**Discussão Única (Proposições/Vetos)****ITEM 11**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 080/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 111/2005, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas e Plauto Miró Guimarães, que altera o *caput* do artigo 2º e revoga o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, que assegura ao servidor público, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente ao cargo, na forma que especifica, e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 142/2005

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 186/2005, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 111/2005, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994 e revogar o parágrafo único, do artigo 3º, da referida lei, dispositivos que asseguram aos servidores públicos estaduais direitos inerentes ao cargo, quando eleitos para dirigentes sindicais.

O veto ora apostado ao projeto de lei em causa, decorre da indiscutível inconstitucionalidade do mesmo porque, sendo ato pertinente ao regime jurídico do funcionalismo, cuja propositura não partiu do Poder Executivo, afronta o artigo 66, inciso II, da Carta Estadual, que confere ao Governador do Estado competência privativa para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e

aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva.

Além disso, caso a medida, tal como está posta, pudesse, por hipótese ser adotada, implicaria num excessivo número de servidores dispensados das funções, fato que, sem qualquer dúvida, viria ensejar dificuldades para o desempenho dos órgãos atingidos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restitui a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 111/2005 encontra-se publicado no DA nº 069/2005, de 28/06/2005, em Redação Final, pág. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 080/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 111/2005, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas e Plauto Miró Guimarães, vetado pelo Governador do Estado, objetiva alterar o *caput* do artigo 2º e revoga o parágrafo único do artigo 3º, da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, que trata de servidores públicos e eleição sindical.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo portanto, constitucional e regimental.

Diante do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 3259, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 080/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 111/2005.

Requerimento nº 3269, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 11, 12 e 13 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

**O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, só aproveitando para pedir aos Deputados da Base de Apoio que mantenham o veto do Governador em agrupamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Será feita a votação em bloco dos itens 12 e 13.

## ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 082/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 206/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a criação de um programa permanente de plantio de árvores pelos estudantes do Ensino Fundamental da Rede Pública do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNARIO.

OF/CTL/CC Nº 145/2005

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 175/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 206/2003, por ter sido, tal como está, julgado desnecessário e, portanto, contrário ao interesse público.

Dispõe o autógrafo sobre a criação de programa permanente de plantio de árvores pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública de educação no Estado do Paraná.

O prisma de que a medida legal em referência é desnecessária e desatende aos superiores interesses do ensino público estadual, resulta de análise feita pela Secretaria de Estado da Educação, segundo a qual:

O projeto envolve alunos de 2ª e 4ª séries do Ensino Fundamental da rede pública, dos quais mais de 95% encontram-se vinculados às redes municipais de ensino.

A alocação de recursos financeiros para a realização e desenvolvimento do projeto na dotação orçamentária financeira da Secretaria de Estado da Educação implica na celebração de diversos convênios para o repasse destes recursos.

A proposta de plantio permanente descrita no projeto encontra-se desarticulada de uma concepção educativa mais ampla, porque a temática ambiental aparece de forma pontual como plantio e reposição florestal.

O plantio de essências florestais nativas ou exóticas, tanto em áreas urbanas como rurais, demanda conhecimentos técnicos específicos que se desvinculam da ação pedagógica desenvolvida nas escolas de 1ª a 4ª séries.

A educação, pesquisa, divulgação e reposição de aspectos florestais, segundo a Lei Florestal Estadual nº 11.054/95, em seus artigos 18, 19 e 20 é atribuída às

autoridades estaduais e municipais, representadas pelas Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura.

A Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, reconhece e responsabiliza, diretamente, os sistemas de ensino pelo desenvolvimento, da educação ambiental como uma prática pedagógica integrada, contínua e permanente que deverá estar presente no cotidiano escolar, independente de programas/projetos específicos.

O programa prevê recursos da SEED. Como a quase totalidade de alunos envolvidos é das redes municipais de ensino, estaríamos invertendo as prioridades e competências.

Neste sentido, consideramos que a temática do presente projeto (plantio de árvores) é um conteúdo associado a diferentes disciplinas e também à educação ambiental. E, ainda, reconhecendo a verdadeira função da escola como formadora de consciências críticas, de espírito colaborativo e participativo necessário à luta por questões relevantes, acreditamos que cabe à educação, a médio e longo prazo, o alicerçamento para que as mudanças socioculturais-ambientais passem a valorizar e conservar os recursos naturais necessários à vida, independentemente de leis.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensino para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 206/2003, encontra-se publicado no DA nº 019/2003, em Projetos de Lei)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 082/2005

### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 206/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, vetado pelo Governador do Estado, dispõe sobre a criação de um programa permanente de plantio de árvores pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública do Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

## ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 089/2005, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 226/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a criação

do Programa de Captação de Água da Chuva. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 152/2005.

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 180/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 226/2005, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo criar o Programa da Água da Chuva, para ser implementado nas edificações públicas do Estado do Paraná, captando, armazenando e utilizando águas pluviais, tendo o veto parcial incidido sobre o *caput* do artigo 2º e a seus incisos.

A negativa de sanção aos mencionados artigo 2º e inciso do projeto de lei em referência, decorre de análises feitas pelos órgãos competentes, as quais salientam o fato de que a maneira excessivamente detalhada como está contida nos dispositivos vetados, iria dificultar a boa execução do denominado Programa Água de Chuva.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 226/2005, encontra-se publicado no DA nº 033/2005, de 27/04/2005, em Projeto de Lei, pág. 10).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 089/2005

P A R E C E R :

##### **Do Parecer ao Veto**

De autoria do eminente Deputado Delegado Braddock, o Projeto de Lei nº 226/2005 objetiva “criar o Programa de Captação de Chuva para ser implementado nas edificações públicas do Estado do Paraná”. O Chefe do Poder Executivo através do Ofício nº 152/2005 comunica e no tempo e na forma constitucional que pelas atribuições conferidas através do artigo 87, VII e artigo 71, 1º da Constituição Estadual, vetou parcialmente o referido projeto de lei por julgá-lo - na parte vetada - contrário ao interesse público.

A parte vetada refere-se exclusivamente ao artigo 2º e incisos “do Projeto de Lei em referência”.

Observe-se, porém, que o veto não incide sobre os parágrafos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 226/2005, restando sua validade.

##### **Do Voto**

Decorrente das atribuições desta Comissão, somos de parecer que o presente veto parcial ao Projeto de Lei nº 226 transformado em Lei nº 14.823, de 23 de agosto de 2005, se encontra em condições regimentais e legais para apreciação do Plenário.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMAARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Trinta e quatro Srs. Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos Srs. Deputados Jocelito Canto, Luiz Nishimori e Ailton Araújo para fazerem o escrutínio dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Dez votos NÃO. Vinte e quatro votos SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

**Estão aprovados os vetos e rejeitados os projetos.**

Esta Presidência anuncia a Indicação feita pelos Partidos para o Projeto de Emenda Constitucional. Proposição nº 040/2005.

PMDB: José Maria Ferreira; PDT: Renato Gaúcho; PPS: Ratinho Júnior; PT: Tadeu Veneri; PFL: Durval Amaral; PSDB: Luiz Fernandes da Silva Litro e PSB: Reni Pereira.

Indicação para o Conselho da Mulher-Cidadã Zilda Arns:

PMDB: Elza Correia; PT : Luciana Rafagnin; PPS: Arlete Caramês; PSDB: Luiz Nishimori; PFL: Elio Rusch e Bloco PP e PSB: Cida Borghetti.

##### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, requerimento nº 3254, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3255, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3255-A, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final deste Ata).**

Requerimento nº 3256, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3260, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3261, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3263 a 3267 e 3278, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3268, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3270, de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3271, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

requerimento nº 3274, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3275, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3277, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3279, 3283, 3285 e 3289, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

requerimento nº 3284, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Retirado pela Autora.**

Requerimento nº 3286, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Explicações Pessoais:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado André Vargas, inscrito.

### ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, não poderia permitir que passasse para a próxima Sessão, a resposta, até porque fica consignado nas notas taquigráficas.

Ao ouvir a Deputada Elza Correia se referindo a mim, queria primeiro pedir desculpas, se é que os meus sorrisos a incomodam. Lamentavelmente, eu sou uma pessoa alegre, tenho um comportamento absolutamente tranqüilo, temos uma relação ótima aqui no plenário.

Segundo: dizer que ela não tem autoridade moral, nem eu mesmo tenho, de determinar comportamentos a

outrem. Ela deve ter seus filhos, cuida bem dos seus filhos, naturalmente deve fazê-los, mas ela não deve citar normas de comportamento a outro Deputado.

Terceiro: aqui fiz ataques, Sr. Presidente, e, talvez tenha incomodado a Deputada. Fiz ataques ao Governador e também à postura daqueles que utilizam a luta sordida da política, num nível absolutamente baixíssimo, porque quem não falou de compartilhamento e hoje estava aqui “pagando mico”, sim, porque se não ocorresse os focos aqui no Paraná, certamente o tom ainda estava de responsabilizar unicamente o Presidente Lula.

Como eu poderia, e disse no meu discurso, responsabilizar o Governador Requião com as mortes que acontecem, e não o faço.

Na verdade, talvez o que incomode de fato é a contradição; nos discursos uma fiscalização severa, exigente do Governo Federal, do Presidente Lula. Disse no meu discurso mais ainda: que o Governador faz luta política ao atacar o Governo Federal por ele próprio não cumprir as suas promessas de campanha. Isso incomoda? Tudo bem, Deputada Elza, a senhora até tem a sua posição política, entendo perfeitamente. Quando fui àquele Plenário, fui neste Plenário ocupando a tribuna, disse das minhas opiniões e disse que não há interdição do debate. Agora, é difícil defender um Governo que disse que vai devolver um milhão e meio de reais e agora está correndo atrás do prejuízo, é difícil.

Eu reconheço, reconheço, não é fácil, tenho defendido o Governo Lula não é fácil defender governos, aliás, eu já defendi outros; difícil é para aqueles que sempre tiveram na Oposição e agora defender o indefensável.

Era isso, Sr. Presidente.

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25 à hora Regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 562 e 563/2005.

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 067/2005.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 260/2004, 156, 420, 572 e 609/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 438 e 606/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 423 e 527/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 031, 083 e 095/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 058 e 060/2005.

Levanta-se a Sessão.

### **Transcrição:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2005.

#### **“As Muitas Vidas de Gustavo Pereira”**

Gazeta do Povo

1968 Não terminou para o Padre Gustavo Henrique Pereira Filho, 95 anos recém-completados. Ele lembra de episódios que o vento não levou, como uma tentativa de invasão policial à Casa do Estudante Universitário (CEU), em Curitiba. A moçada que morava na instituição se defendeu como podia - com pedras.

Era a “Idade da Pedrada”. “O salão social ficou cheio de tijolos. Foi uma disputa de forças”, ilustra o nonagenário que não assistiu a essa guerra de outro lado da rua nem soube do acontecido pelos jornais. Ele estava dentro da CEU - da qual foi capelão por duas décadas, tempo em que dividiu o teto e as pedras com os hóspedes do barulho.

A ligação do padre Gustavo com os estudantes marcou os anos 60 e 70. “Ele era uma instituição na cidade”, resume o jornalista Carlos Jung que, naquele tempo, cumpriu o destino das pessoas de sua idade. Não só se tornou amigo do sacerdote como o convidou para celebrar seu casamento, o que, aliás, parecia uma mania tão comum quanto mascar chicletes. Num desses muitos enlances, recorda Gustavo, a noiva subiu o altar sem sapatos, vestindo meias brancas, fazendo do justiça ao estilo psicodélico da geração paz e amor. “Estranhei as meias, mas não falei nada”, relata, feito um garoto de colégio.

O sacerdote gaúcho deu a bênção nupcial a gente que faria fama na polícia, como José Richa, que se tornou governador do estado, e a Orlando Pessuti, atual vice-governador. Arlete Richa, 65 anos, viúva de José Richa e mãe de Beto, atual prefeito de Curitiba, lembra com detalhes do dia do matrimônio, em 1963, quando o padre Gustavo profetizou, no sermão, o futuro do noivo. “Ele disse que o Richa seria governador e eu a primeira-dama. Achei meio pretensioso. A gente nem pensava nisso naquela época. Mas acabou se realizando.”

Apesar das ligações perigosas com a turma mais à esquerda, da pecha de pró-comunistas e de ter batido ponto até em Congresso da UNE (onde conheceu José Serra), Gustavo não se encaixava na categoria “padre de

passseata”, expressão cunhada pelo implacável Nelson Rodrigues para definir o clero progressista de meter medo com o AI-5, chegando a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Mas nunca precisou passar pelo constrangimento de depor. Seu anjo da guarda era ninguém menos do que o arcebispo dom Manuel da Silveira D’Elboux, incentivador para que se mantivesse à frente de uma ação pastoral ainda um bocado avançada para a época. Afinal, ainda hoje, quem imaginaria um padre ou um pastor morando na CEU?

E aos seus anos dourados que o padre recorre para encontrar a expressão um dia usada para defini-lo, tamanha curiosidade sua figura provocava na cidade: “prafrentex”, palavra hoje tão estranha quanto “patota”, “jóia” ou “supimpa”. “Eu tinha pouco mais de 40 anos e acabara de encontrar um mundo diferente. Meu lema era: para frente e para o alto”, repete pelo menos três vezes durante a entrevista, feita no apartamento em que mora, perto do Passeio Público e, como era de se imaginar, da Casa do Estudante. O chavão serve como resumo da ópera, afinal é assim que Gustavo se vê, um cara moderno - mas nem de esquerda, nem de direita. Pelo que tudo indica, os outros também.

“Era considerado de esquerda”, afirma o jornalista João Féder, que várias vezes entrevistou o padre Gustavo no tempo em que ele era assunto do dia. Segundo o próprio padre, Féder teria certa vez lhe perguntado de que lado estava. “Mas isso foi há 40 anos. Muito tempo. Lembro pouca coisa”, diz o jornalista. Já Carlos Jung não concorda. “Quem disse que ele era de esquerda?”, pergunta o profissional da imprensa para quem, por conta das relações com políticos e com a nata da sociedade paranaense, o cura da CEU pertencia à ala conservadora. “Como todo mundo, eu queria reformas. E esperava qualquer coisa do governo militar. Preguei a Doutrina Social da Igreja, só isso”, avisa o religioso.

Pereira realmente conhecia as socialistas dos 60, ou as “locomotivas”, como diz, das quais se aproximou para que se tornassem madrinhas dos moradores pobres da Casa do Estudante. Ele cita com estima dona Hermínia Lupion, histórica incentivadora da CEU, desde sua criação, em 1956. A palavra de ordem, então, era dialogar com o mundo - uma espécie de iê-iê-iê eclesiástico que incluía as tais “locomotivas” e tudo mais. O padre lembra, por exemplo, de ter aberto a Casa para visitas das misses Brasil de 1966, Ana Cristina Ridzi, e 1967, Carmem Silvia Ramasco. Os moradores, evidentemente, fizeram panelaço, apitaço e barricada, mas não para derubar poder. A CEU de Gustavo não era só pedrada.

Do alto dos 95 anos, lúcido padre Gustavo confessa que viveu. Viveu muitas vidas. A primeira como único filho homem de um ferroviário açoriano que queria porque queria ter um filho médico. Mesmo o garoto tendo avisado, aos 12 anos, que desejava ser padre. Em 1935, formou-se em Medicina, atuando como pediatra. Foram 12 anos de consultório, período em que viu morrer o pai e teve de assumir a educação de uma irmã temporã - tarefa

que abraçou antes de ingressar no claustro. Em 1947, começou a segunda jornada desse poema. Tornou-se jesuíta. “Não faltou quem me dissesse: ‘Não faça isso!’”. Não deu ouvidos.

Arrisca a ordenação ter sido mais noticiada na Porto Alegre de 1953 do que a indicação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, a eleição de Jânio Quadros em São Paulo ou, um ano depois, quebra-quebra da diva Ava Gardner no Copacabana Palace. Os jornais da capital gaúcha adoraram a história curiosa do médico que virou padre. Mereceu manchete. Nascia o mito.

Teilhard de Chardin

Na conversa com a reportagem, padre Gustavo deu pistas - em prestações - sobre as 101 referências que fizeram dele um homem de seu tempo. Quando decidiu abandonar a Medicina para ser jesuíta sentia fascínio pelas idéias de Teilhard de Chardin, teólogo e cientista visionário que deixou aos pulos os coração a geração 50 ao falar do Cristo Cósmico e da cristificação do universo. Isso, bem no momento em que começava a se falar em corrida espacial e Darwin ainda não era bem recebido na sala de visitas.

Mas Teilhard não foi o único inspirador do “prafrentex” Gustavo. Houve também os padres operários franceses, liderados por Jacques Loew a partir dos anos 40, encantando milhares de jovens ao trocarem batina por macacão sujo de graxa, infiltrando-se secretamente nas fábricas. Qualquer semelhança com o padre que foi viver no meio dos estudantes não é mera coincidência.

Se Teilhard e Loew deram uma forcinha, a descoberta do método Ver-Julgar-Agir foi o empurrão que faltava para abandonar de vez o estetoscópio. O método era utilizado nas comunidades eclesiais, feito a Juventude Operário Católica (JOC). Juventude Estudantil Católica (JEC) e em especial Juventude Universitária Católica, a JUC, que viria a se tornar o segundo endereço de pedra Gustavo Pereira. “O ‘Ver-Julgar-Agir’ me abriu os olhos”, elogia, sobre aqueles anos incríveis que levaram ao Concílio Vaticano II, a um vento fresco nas catedrais e à polícia. Nos saraus com os moradores da CEU, já padre, Gustavo ouvia falar mais de Marx do que dos ídolos da Jovem Guarda.

Esse roteiro só foi abalado quando a disposição do sacerdote em discutir luta de classes, propriedade privada e mais-valia esbarrou na moral católica. “Dera licença

para mulheres dormirem na Casa do Estudante. Não aceite e me retirei”, lembra o religioso, que iniciou um novo capítulo, o de capelão do Palácio Iguaçu e do Tribunal de Justiça, entre outros trabalhos que lhe garantiam a alcunha de “padre dos três poderes”. Os ex-inquilinos da CEU que aos poucos tinham atravessado a rua e se instalado no Palácio Iguaçu e na Câmara carregaram consigo o sujeito que era médico, padre e gostava de política. Não tem como esquecer um cara “prá frentex”.

Publicações:

Diretoria Geral:

Portaria DT:

PORTARIA Nº 031/2005 - DAT

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903600	2000	100	500.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903700	2000	100	500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 17.10.2005.  
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
Visto:  
Deputado Nereu Moura - 1º Secretário

